



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Mestrado em Género e Desenvolvimento

A percepção social do casamento e suas implicações na continuidade do estudo de nível de Mestrado e Doutoramento para mulheres e homens em Moçambique: o caso das Universidades Eduardo Mondlane e Politécnica

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Mestrado em Género e Desenvolvimento, na Universidade Eduardo Mondlane

Febe Victor Gomes

Maio 2023



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Mestrado em Género e Desenvolvimento

A percepção social do casamento e suas implicações na continuidade do estudo de nível de Mestrado e Doutoramento para mulheres e homens em Moçambique: o caso das Universidades Eduardo Mondlane e Politécnica

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Mestrado em Género e Desenvolvimento, na Universidade Eduardo Mondlane

Febe Victor Gomes

Supervisora: Profa. Doutora Isabel Maria Alçada Padez Cortesão Casimiro

Maio 2023

A percepção social do casamento e suas implicações na continuidade do estudo de nível de Mestrado e Doutorado para mulheres e homens em Moçambique: o caso das Universidades Eduardo Mondlane e Politécnica

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Mestra em Género e Desenvolvimento no Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane

Febe Victor Gomes

Supervisora: Profa. Doutora Isabel Maria Alçada Padez Cortesão Casimiro

Maputo, Outubro de 2023

O Júri			
O Presidente	A Supervisora	A Oponente	Data
_____	_____	_____	___/___/_____

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que ele constitui o resultado do meu labor individual. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Mestrado, na Universidade Eduardo Mondlane

Febe Victor Gomes

AGRADECIMENTOS

Obrigada Deus por me ter feito acreditar que sou capaz.

Obrigada Professora Isabel Casimiro pela inspiração, força, orientação e por acreditar na minha força e capacidade de percorrer este caminho com graça, alegria e paz vindas do seu sorriso, disposição, sinceridade e honestidade.

Obrigada Profas. Doutoras Esmeralda Mariano e Lurdes Rodrigues, Directora e Directora- Adjunta do Mestrado em Género e Desenvolvimento respectivamente, pelo amparo, incentivo e força que me deram durante toda a trajectória deste curso.

Obrigada Mariamo Aly, pela nobreza do seu coração, por nunca desistires de mim, independentemente das circunstâncias, e pelo apoio linguístico, voluntário, na fase final do trabalho.

Obrigada Amílcar Nhamona, pela amizade incondicional e ter sonhado e dedicado parte do seu tempo desde a fase inicial deste mestrado para apoiar-me.

Obrigada Filipe Mate pelo suporte moral e técnico desde o início deste trabalho.

Obrigada Prof. Doutor Gregório Firmino pelo apoio, pela compreensão e torcida silenciosa traduzida na sua disponibilidade sempre que precisei de si.

Obrigada Prof. Nelson Zavale pela sua tenacidade para que eu pudesse aceder a parte dos dados que precisava para este trabalho.

Obrigada (*takk fyrir*.)Prof^a Doutora Liljah Jartar, minha mãe islandesa, que adoptou-me desde a pós-graduação em Estudos de Igualdade de Género em 2012, e como prova do quão crê em mim disponibilizou parte dos fundos com os quais pude suportar financeiramente este mestrado:

Obrigada meu lindo filho, Kaslu Gomes Mondlane, por todo o suporte, meu pequeno, herói neste processo. Nunca pensei que fosses tão forte e tão maduro.

Obrigada mãe, Joana Matos João, meu Anjo, pela tua compreensão e por aceitar todas as minhas desculpas para estar ausente mesmo quando precisavas que eu estivesse contigo.

ÍNDICE

RESUMO	1
ABSTRACT	2
LISTA DE ABREVIATURAS.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	4
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	6
3. OBJECTIVOS.....	11
3.1. <i>OBJECTIVO GERAL</i>	<i>11</i>
3.2. <i>OBJECTIVOS ESPECÍFICOS.....</i>	<i>11</i>
4. CONTRIBUIÇÃO	11
5. PROBLEMA	13
6. HIPÓTESES DE PESQUISA	15
7. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
7.1. <i>O CASAMENTO.....</i>	<i>16</i>
7.2. <i>CONTEXTO AFRICANO E SUAS PRÁTICAS.....</i>	<i>18</i>
7.3. <i>CONTEXTO DE MOÇAMBIQUE (CONTEXTO NORMATIVO E SOCIAL DO CASAMENTO).....</i>	<i>21</i>
7.4. <i>GÉNERO E O ACESSO À EDUCAÇÃO.....</i>	<i>24</i>
8. METODOLOGIA.....	34
8.1. <i>LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA</i>	<i>35</i>
8.2. <i>ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS SOBRE A FREQUÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO NOS CURSOS EM REFERÊNCIA</i>	<i>37</i>
8.3. <i>SELECÇÃO DAS PARTICIPANTES E DOS PARTICIPANTES</i>	<i>43</i>
8.4. <i>PERFIL SOCIAL DAS PESSOAS ENTREVISTADAS</i>	<i>46</i>
9. LIMITAÇÕES DO ESTUDO	46
10. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	48
10.1. <i>(RE)DEFININDO O CASAMENTO NO CONTEXTO MOÇAMBICANO.....</i>	<i>48</i>
10.2. <i>IMPLICAÇÕES DO CASAMENTO SOBRE A CONTINUIDADE DO ES.....</i>	<i>56</i>
11. CONCLUSÕES	67
12. RECOMENDAÇÕES	71
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
ANEXO I	79
ANEXO II	80
ANEXO III	81
ANEXO IV	83
ANEXO V	84

ANEXO VI	86
ANEXO VII	87
ANEXO VIII	88

Resumo

Em Moçambique mulheres e homens têm os mesmos direitos e oportunidades no contexto da igualdade de género, defendida pela Constituição da República de Moçambique de 2004. Mas, o percurso para alcançar estes direitos e oportunidades não seguiu uma estratégia de igualdade no nível social, onde a partir da socialização são estabelecidos os papéis e as relações que mulheres e homens devem ter ao longo da vida. A instituição casamento espelha a realização de papéis e relações de género através dos comportamentos esperados em mulheres e homens na condição social de casada/o sem excepções, diferenciando direitos e oportunidades originando o presente estudo com vista a aferir as implicações existentes para continuar os estudos com base na percepção social que homens e mulheres têm sobre o casamento.

Usou-se o método qualitativo, numa abordagem descritiva, e a informação para análise foi colectada através dum guião de entrevistas dirigidas a 19 pessoas, 10 estudantes e 9 Mestres e Doutores das Universidades Eduardo Mondlane e Politécnica, 11 mulheres e 9 homens. Para os estudantes o processo foi por voluntariado, obedecendo ao principal critério: ser casada/o e para os Mestres e Doutores formados nos últimos 10 anos, a amostra foi obtida da lista de contactos profissionais da pesquisadora.

As conclusões levam-nos a afirmar que há outras percepções sociais sobre o que é o casamento. As famílias resultantes desta instituição fazem a manutenção e reprodução dos papéis e estereótipos de género o que acaba por ter implicações diversificadas na continuidade de ES por homens e mulheres.

Palavras-chave: casamento, percepção social de casamento, nível superior, papéis sociais, homens e mulheres.

Abstract

In Mozambique women and men have the same rights and opportunities in the context of gender equality, defended by the Constitution of the Republic of Mozambique of 2004. However, the path to achieve these rights and opportunities did not follow a strategy of equality at the social level, where from socialization are established the roles and relationships that women and men should have throughout life. The institution of marriage mirrors the realization of gender roles and relations through the expected behaviours in women and men in the social condition of married without exceptions, differentiating rights and opportunities originating the present study in order to assess the existing implications to continue the studies based on the social perception that men and women have about marriage.

The qualitative method was used, in a descriptive approach, the information for analysis was collected through a script of interviews addressed to 19 people, 10 students and 9 Masters and Doctors of the Universities Eduardo Mondlane and Politécnica, 11 women and 9 men. For the students, the process was by volunteering, according to the main criterion: being married and for the Masters and Doctors graduated in the last 10 years, the sample was obtained from the list of professional contacts of the researcher.

The conclusions lead us to affirm that there are other social perceptions about what marriage is. The families resulting from this institution maintain and reproduce gender roles and stereotypes, which ends up having diverse implications for the continuity of SS by men and women.

Keywords: marriage, social perception of marriage, higher education, social roles, men and women.

Lista de abreviaturas

A Politécica – Universidade Politécica

ENS – Estudos de Nível Superior

ES – Ensino Superior

FLCS – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

Frelimo – partido Frelimo

PG – Pós-graduação

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISAEN - Instituto Superior de Altos Estudos e Negócios da Universidade Politécica

Lei da Família - Lei n.º 22/2019, de 11 de Dezembro de 2019, Lei da Família e revoga a Lei n.º 10/2004, de 25 de Agosto

MCTESTP - Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional

MGCAS – Ministério do Género, Criança e Acção Social

MINEDH - Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

MISAU – Ministério da Saúde

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

ROSC – Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança

RTA – Religião Tradicional Africana

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

1. Introdução

O casamento é um acto social que envolve não só questões sociais, mas também contextuais, legais e religiosos. Nas questões sociais encontramos a educação formal (VON SIMSON, 2001)¹, que é um direito universal plasmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu Artigo 26 que diz:

“Toda a pessoa tem direito à educação. O ensino é gratuito, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. O ensino básico é obrigatório. O ensino técnico e profissional é generalizado e o ensino superior é igualmente acessível a todos com base no mérito. A educação deve ser direccionada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e para o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais...”

Este direito é extensivo a todo indivíduo, independentemente da condição ou estatuto social, incluindo o ser ou não casado/o.

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre a percepção que mulheres e homens têm sobre o casamento e a continuidade de estudos de nível superior, tendo como base os papéis sociais que se estabelecem entre eles dentro do casamento, como resultado das relações sociais.

O projecto de pesquisa situa-se em dois (2) contextos socio-educacionais da capital moçambicana, com estatuto jurídico diferenciando, sendo um público e outro privado.

O universo temporal de análise foi demarcado num período de cinco (5) anos, compreendidos entre 2017 e 2022.

¹ Para este trabalho, nós assumimos a definição apresentada por Von Simson (2001:9) que afirma que “Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja esta a finalidade), diverge ainda da educação formal no que diz respeito à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação de conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto.”

Dos estudos feitos até à data, poucos foram os que se preocuparam em saber ou desvendar até que ponto a percepção que homens e mulheres têm sobre o casamento influencia ou interfere na continuidade de estudos de nível superior, de forma diferenciada, entre homens e mulheres.

É reduzido o registo de trabalhos que abordem desigualdades de género no Ensino Superior (ES), contando de entre eles com trabalhos de Nota, 2022; Givá et al., 2020; Uamusse, 2020. Destaque vai igualmente para o facto de parte dos estudos realizados relacionando a educação com as instituições sociais em Moçambique cingirem-se à frequência escolar da rapariga e uniões prematuras ou outras causas sociais relacionadas ao abandono escolar (Artur, 2010, Bagnol et al., 2015; Bassiano e Lima, 2018; Wodon, Tavares e Male, 2018; Save The Children, 2018; Macia, 2021; MGCAS, 2022; ROSC, 2023; UNICEF, 2023).

A narração das percepções dos entrevistados deste estudo sobre o que consideram ser o casamento e como fazer parte desta instituição e ser estudante de uma Instituição de Ensino Superior (IES) permitiu a abertura de um espaço de discussão das experiências vividas e o que elas implicam na vida académica dos mesmos.

A singularidade deste estudo reside, justamente, na possibilidade de trazer dessas experiências os aspectos sociais e culturais que influenciam na continuidade do ES e que julgamos que devem ser considerados aquando das análises de género relacionadas ao ES em Moçambique.

A pesquisa parte da seguinte pergunta: de que forma o facto de ser casada/o interfere na continuidade de estudos de nível superior em Moçambique?

O projecto de pesquisa enquadra-se no contexto sobre género e desenvolvimento, especificamente na área de género e ensino superior.

O trabalho tem a seguinte estrutura: primeiro, introduzimos o assunto que nos propomos a abordar. Segundo, fazemos a contextualização sobre a qual assenta a nossa abordagem neste trabalho. Terceiro, apresentamos os objectivos que norteiam este trabalho. Quarto temos a contribuição científica que o trabalho traz, seguida dos problemas e levantamento das hipóteses (quinto e sexto pontos respectivamente). No

sétimo ponto trazemos a discussão teórica que serve de base ao trabalho. No oitavo apresentamos a metodologia usada e as limitações registadas. No nono ponto, apresentamos os resultados e discutímo-los. E, finalmente, temos as conclusões e fazemos as considerações finais sobre o trabalho realizado.

2. Contextualização

O casamento é tido como uma das instituições mais velhas do mundo (Marchiote, 2021). Esta instituição é mencionada desde os povos sumérios², indo aos egípcios e romanos como as civilizações mais antigas de que se tem registo.

Dias (2004), por exemplo, refere que no início do império romano o casamento era uma estrutura móvel na medida em que detinha vários formatos aceites socialmente, não “fundava” uma família, era fácil de romper e possibilitava as adopções. Mas o Imperador Augusto durante o seu reinado procurou reavivar a importância da religião entre os cidadãos, uma vez que junto com as guerras prolongadas que Roma enfrentou veio a deterioração moral.

É aqui que “as leis de Augusto sobre a família inauguraram o interesse do Estado sobre a vida privada dos romanos, e, com elas, o casamento ganha peso institucional.”³ (Dias, 2004:110). O casamento, segundo Dias (2004) além da dimensão institucional pública reforçada pelas leis de Augusto, foi promovido como modo de realização afectiva, contribuindo para aquilo que Veyne chamou “invenção de uma moral sexual e conjugal” (Dias, 2004:111).

Importa aqui referir que todas estas mudanças ocorrem numa altura em que o Cristianismo ainda não se tinha disseminado, naquilo que é considerado pelos

² Os sumérios foram o primeiro povo a habitar a Mesopotâmia por volta de 2500 a. C. Foi neste povo onde se dá o registo do mais antigo código da humanidade, o Código Hamurabi, e que continha nele 67 artigos dedicados ao direito da família, discorrendo desde o noivado, passando pelo casamento, adultério, filhos, adopção até as heranças (Marchiote, 2021)

³ Com as leis de Augusto, ficou assente que os assuntos amorosos e o adultério constituem matéria de julgamento público (A Lex Iulia de adulteriis coercendis (28 ou 27 a.C.); a Lex Iulia de maritandis ordinibus e o Ius trium liberorum (18 a.C.) e a Lex Papia Poppaea (9 d.C.), por exemplo, limitavam respectivamente o direito de herdar o património familiar aos não casados e aos casais inférteis e o direito de as mães de três filhos ficarem livres da tutela familiar; de disporem dos seus bens e de serem herdeiras dos seus filhos.

estudiosos como a era do Paganismo⁴. Mas, “o cristianismo se aproximou desta moral pagã no que respeita à estabilidade e dignidade do laço conjugal, contribuiu de uma forma decisiva para que este modelo de vida não dissesse só respeito a uma elite culta e rica, mas se universalizasse...”(Dias, 2004:113)

Dessa forma vários tipos de casamento foram surgindo no mundo e são definidos através de rituais ou processos religiosos ou jurídicos, entre os quais o casamento⁵:

- Religioso – este varia de religião para religião, seguindo os dogmas estabelecidos pela religião;
- Civil – este realiza-se com base nas leis de cada país e tem que atender a determinados requisitos que a lei impõe;
- Arranjado – neste tipo de casamento, os cônjuges são escolhidos por terceira(s) pessoa(s), e estes podem ou não consentir com a união;
- Forçado – é quando uma das partes envolvidas não concorda com a união. Muitas vezes são as mulheres que são forçadas a casar, por vários motivos;
- Por sequestro – acontece quando um homem leva uma mulher à força para morar com ele contra a vontade dela. Apesar de ainda existir em algumas culturas asiáticas e africanas, este tipo é considerado crime;
- Branco – é mais conhecido como casamento por conveniência. Ele visa apenas a obtenção de benefícios jurídicos ou económicos por uma ou pelas partes envolvidas no mesmo. É tido como uma fraude.
- Por consaguinidade – antropologicamente designado por casamento endogâmico, este acontece entre parentes consaguíneos, como por exemplo entre primos paralelos.
- Gay – este é entre pessoas do mesmo sexo ou mesma identidade de género. As relações resultantes deste tipo de casamento são designadas de homoafectivas. Apesar de ser ilegal na maioria dos países do mundo, com países como o Uganda a promulgar uma lei com punições que vão até à pena de morte contra populações Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais,

⁴ O paganismo antecedeu a era do Cristianismo na Idade Média e marcou as tradições europeias antes da cristianização, como a cultura nórdica, celta, grega e mais tarde a romana. Por outras palavras o paganismo é entendido como a tradição religiosa não-cristã. Até à actualidade, quaisquer outras tradições que não cultuem o messias enviado por um Deus como a salvação do mundo são englobados como “pagãs” (Lessa e Santos, 2023)

⁵ Informação obtida a partir do site: <https://casamentodossonhosgramado.com.br/voce-sabia-que-existem-mais-de-11-tipos-de-casamento-qual-e-o-se/>

assexuais e demais orientações sexuais (LGBTQIA+), países como Islândia, Canadá, Colômbia, Alemanha, França, Austrália, Nova Zelândia e Israel reconhecem este tipo de união;

- Poligamia – abarca duas versões, onde uma consiste em um homem casado com várias mulheres, sendo designado de poliginia, e a outra é quando uma mulher casa com vários homens, sendo chamado de poliandria. As duas formas são raras. No entanto, a poliginia é a forma com mais registo e mesmo sem reconhecimento legal, ela muitas vezes não é sancionada. Camarões, Sudão (em África) e Afeganistão e Emirados Árabes Unidos (situados no continente asiático) são os países onde existem leis que permitem a poligamia, na forma de poliginia.

Segundo Fonseca (2023), o casamento ainda é o vínculo legal mais abrangente para que se reconheça oficialmente um relacionamento. No entanto, na actualidade a discussão em torno do casamento tem estado virada para os casais homoafectivos⁶.

Fonseca (2023) refere ainda que houve um registo de 40% dos países na Europa que aprovaram legislações que permitem o casamento entre pessoas do mesmo sexo nos últimos 20 anos, o que torna este continente no que mais autoriza esse tipo de união.

Na Ásia, só Taiwan permite a união legal, na África, dos 54 países, apenas a África do Sul autoriza este tipo de uniões e na América do Sul, Central e Norte, a percentagem de países que autorizam o casamento entre pessoas do mesmo sexo é de 31% (Fonseca, 2023).

Países como Nigéria, Camarões, Egipto, Senegal e Uganda no continente africano não são favoráveis a relações entre pessoas do mesmo sexo, tendo o Uganda aprovado em Maio de 2023 a Lei Anti-Homossexualidade que em algumas situações condena as pessoas à pena de morte (ONU News, 2023).

Moçambique é um dos países onde a lei não contempla o reconhecimento de relacionamentos homoafectivos, reconhecendo apenas 3 tipos de casamento entre

peçoas de sexo diferente (conforme iremos apresentar mais adiante). Mas, também não tem nenhum impedimento regido por lei sobre a homoafectividade (Manhice e Timbana, 2012).

Portanto, o casamento é uma instituição que pode ser entendida de formas diferentes de acordo com as linhagens que as distinguem (Fernandes, 2020), ainda é a principal forma de organização social (Chiquele, 2009; Furquim, 2015), e dita muitos comportamentos sociais dos indivíduos (Batalha, 2004; Bettega, 2007; Biguelini, 2012), bem como oportunidades e acesso à educação, saúde, entre outras.

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), já em 2015 tinha concluído que “as alunas, quando não concluem o nível básico, estão vedadas a continuarem em outros níveis subsequentes ficando, deste modo, excluídas do meio tecnológico, bem como do mercado de emprego, complicando, deste modo, a sua participação nas actividades do desenvolvimento individual e do país” (MINEDH 2015: p.12).

E, o Ministério da Saúde (2018) fez menção para o facto de um dos impactos da desnutrição crónica ser a diminuição da função cognitiva, que resulta num menor rendimento escolar, maiores riscos de doenças degenerativas, como a diabetes e a obesidade (MISAU 2018), e este ser um quadro permanente e irreversível durante o ciclo de vida.

Tanto a limitação à educação, por causa da não conclusão do nível básico, como o acesso à saúde, considerando a definição de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS)⁷, colocam os sujeitos destas condições em desvantagem quando falamos de capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país (como iremos ver mais adiante quando falarmos de Género e Acesso à Educação).

Os papéis socialmente construídos e que encontram o seu espaço de actuação sólida na instituição social designada casamento, ditam a desigualdade de género que vem sendo

⁶ Homoafectivo é o adjectivo que qualifica uma pessoa que gosta e sente atracção por pessoas do mesmo sexo. O termo foi criado para diminuir a conotação pejorativa que se dava aos relacionamentos homossexuais. (Informação obtida em: significados.com.br/homoafetivo/).

reconhecida como um factor de perpetuação do subdesenvolvimento e da pobreza (Macia, 2021).

Por outro lado, reconhece-se que a igualdade de género e, actualmente, o empoderamento das mulheres são condições fundamentais para o desenvolvimento, e a educação é uma das formas de promover ou melhorar as oportunidades das mulheres (Loforte, 2010) e uma das formas de eliminar os fossos existentes entre homens e mulheres na sociedade, tendo o ensino de nível superior a sua percentagem de valor neste processo.

Quando em 2011 participámos de um encontro de cortesia entre representantes do Governo da Austrália e o Departamento de Género do extinto Ministério da Mulher e Acção Social, a pergunta: porque é que em Moçambique poucas mulheres se candidatam às bolsas de estudo para a Austrália, especialmente nos níveis de pós-graduação?, feita pelos representantes do Governo da Austrália, ficou sem resposta.

Como técnica e mulher ocorreu-nos inicialmente que o problema se prendia com o factor língua de formação na Austrália, Inglês. Mas, ao fazer uma breve análise das condições (educação) e idades nas quais os candidatos têm as oportunidades para ingressar nestes níveis a palavra casamento e tudo que ela envolve em termos de responsabilidades na sociedade moçambicana veio à tona.

Em 2012, o desafio de ter que deixar uma criança de 5 anos para fazer a pós-graduação em Estudos de Igualdade de Género na Islândia, mesmo sem ter o estatuto de casada, trouxe ao de cima, para a pesquisadora, muitos dos conflitos interiores que as mulheres enfrentam quando têm de escolher continuar a estudar quando já são mães e esposas.

Estas experiências fizeram-nos registar este tema como algo que gostaríamos de pesquisar num curso de pós-graduação em género e desenvolvimento. Um desejo guardado por quase 10 anos e que encontra espaço para se materializar neste trabalho, dando assim, a conhecer a maneira como homens e mulheres percebem este conceito socialmente construído (incluindo as nuances por detrás dos papéis socialmente

⁷ A OMS define saúde como “o estado de completo de bem-estar físico, mental, espiritual e social e não apenas ausência de doença ou enfermidade (OMS, 1948).

construídos) e como ele é tido em conta quando se tem que continuar a estudar tendo o estatuto de casado ou casada e/ou mãe e solteira.

Contamos apresentar algumas implicações por detrás desta percepção com base no método qualitativo escolhido para o efeito.

3. Objectivos

3.1. Objectivo Geral

Este trabalho visa:

Perceber quais as implicações ou consequências para continuar os estudos no nível superior (mestrado e doutoramento) nas mulheres e nos homens (casadas/os) com base na percepção social que têm sobre a noção social de casamento.

3.2. Objectivos específicos

- Identificar e descrever as diferentes formas de percepção do casamento na sociedade moçambicana;
- Identificar as barreiras que as mulheres e homens enfrentam para a continuidade dos estudos de nível superior.
- Identificar as implicações sociais/pessoais que as mulheres vivenciam e registam/enfrentam ao continuarem com os estudos de nível superior.

O trabalho pretende deste modo analisar como homens e mulheres entendem o casamento, incluindo o que se espera de cada um deles dentro desta instituição e como esses papéis influenciam e interferem na continuidade dos estudos, tendo como foco o Ensino Superior.

4. Contribuição

As discussões em torno do acesso à educação por parte das (mulheres e) raparigas em Moçambique e no mundo centram-se na relação entre o acesso ou não e os casamentos/uniões prematuros e/ou infantis (Bassiano e Lima, 2018; Wodon, Tavares e Male, 2018; Artur, 2010).

A tónica centra-se no facto de este tipo de uniões contribuir para os níveis de baixa escolaridade, com o país a registar 41% de raparigas entre os 18-24 anos neste tipo de uniões ou reportando já ter estado neste tipo de união. Este facto, segundo dados do UNICEF (2021) sobre a Situação das Crianças em Moçambique mostra que as uniões prematuras têm impacto na vida das raparigas. Uma (1) em cada dez raparigas com idades entre 12-17 anos casada, ainda está a frequentar a escola.

Este trabalho concorre para uma discussão sobre o acesso ao ES em mulheres que não tendo tido barreiras para a frequência do ensino primário, secundário geral e nível de licenciatura, as encontram quando na fase adulta pretendem continuar os estudos nos cursos de pós-graduação, associadas às responsabilidades sociais relacionadas ao casamento à mercê dos papéis de género.

Nota (2022) ao falar sobre os efeitos do estado civil no equilíbrio entre a vida profissional e pessoal das mulheres seguem a carreira de pesquisadoras na área de Biologia no ES diz o seguinte “As mulheres casadas estavam em desvantagem em relação às mulheres solteiras e divorciadas. Uma vez em casa, a maioria das mulheres casadas tem de deixar tudo relacionado ao trabalho de pesquisa para se dedicar à família e aos afazeres domésticos. Enquanto as casadas acabavam tendo enorme dificuldade de conciliar a vida profissional e pessoal, o mesmo não acontecia com as solteiras” (Nota, 2022:143).

Posto isto, neste trabalho pretende-se trazer a ligação entre a instituição social do casamento e a frequência do ES por parte de homens e mulheres, dando a conhecer a complexidade por detrás das questões sobre a igualdade e equidade de género numa perspectiva sociopolítica.

Aliando a questão da igualdade e equidade aos dados constantes no Perfil de Igualdade de Género, em 2018 no ES os homens apresentavam um índice de mais 0,82 quando comparado com as mulheres, apesar dos progressos na paridade alcançados nos níveis de primário (48%) e secundário (46,8%).

A informação sobre o ES, estando dentro no nosso período de análise, será alicerçada pelos dados a que tivemos acesso através do Ministério da Ciência e Tecnologia,

Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP, 2022), presentes adiante na tabela 1 deste trabalho e sobre os quais nos debruçaremos no ponto 6.4.

A questão social nesta análise é trazida porque os indivíduos, homens e mulheres sobre os quais jazem e se fazem reflectir as questões de género, são regidos por uma ordem social pré-estabelecida, e que no nosso contexto assenta sobre o poder patriarcal. Pese embora, tenhamos ainda o registo da existência das sociedades de filiação matrilinear, grosso modo a norte do rio Zambeze.

A nível político, na tentativa de reduzir as desigualdades entre homens e mulheres, existem instrumentos legais e políticos para o efeito, mas que esbarram nos comportamentos e crenças sociais patentes nos indivíduos e enraizados através do processo de socialização, criando-se uma barreira invisível que contribui para o défice na implementação dos instrumentos que garantiriam a igualdade e equidade.

Pretende-se também olhar com profundidade a questão da educação social entre homens e mulheres abrindo espaço para a reflexão em torno da mudança de paradigma no que concerne ao que se espera de homens e mulheres nesta instituição e o gozo dos mesmos direitos e oportunidades.

5. Problema

Moçambique é uma sociedade constituída por linhagens patrilineares e matrilineares, sendo reconhecidos por Lei 3 tipos de casamentos, civil, religioso e tradicional, devendo os dois últimos tipos obedecer às normas comuns da referida Lei da Família no seu Artigo 16.

Por outras palavras aos casamentos religioso e tradicional é-lhes reconhecido valor e eficácia igual ao casamento civil se tiverem sido observados todos os requisitos que a Lei estabelece para o casamento civil (idade núbil, consentimento dos noivos em contrair matrimónio, afixação em lugar público da intenção de contrair matrimónio nos prazos estabelecidos por lei, entre outros).

No entanto, estes tipos de casamento são a base para outra forma de olhar para esta instituição social, na medida em que a sociedade tem a sua “própria definição” sobre o

casamento com base no que se espera de homens e mulheres em termos de responsabilidades, comportamento, atitudes relacionadas aos estereótipos e relações de género.

Dados estatísticos sobre o Ensino Superior de 2019 dão conta de 26,374 mulheres contra 30,042 homens, o que mostra que a questão da desigualdade no ES começa com o ingresso dos estudantes neste nível de educação, passando pela matrícula até à graduação para os níveis de análise proposta neste trabalho (mestrado e doutoramento).

Aqui, tanto na modalidade de ensino à distância como na presencial os números registados apresentam oscilações significativas, com as mulheres sempre em desvantagem numérica.

Bagnol et al. (2015:7) afirmam que *“as raparigas, geralmente, têm menos tempo e possibilidades de lazer que os rapazes, menos tempo para estudar porque realizam muitas tarefas domésticas que os rapazes não realizam”* e são estas mesmas raparigas e rapazes que na fase adulta se tornam mulheres e homens casados e “obedecem” aos mesmos estereótipos e relações de género que colocam as raparigas (e mais tarde mulheres casadas) sem tempo para estudar por causa das tarefas domésticas que elas realizam e os rapazes (e mais tarde homens casados) não realizam.

Deste modo, o factor tempo para se dedicar aos estudos, e que é crucial, é ainda mais problemático, por causa do entendimento social que se tem sobre o que se considera serem responsabilidades desta mulher e deste homem dentro da relação de casamento, criando desigualdades que irão até às oportunidades de acesso ao Ensino Superior entre homens e mulheres.

Baseado nos estereótipos e relações de género que se estabelecem na instituição casamento, Munarini et al. (2020) falam da “invisibilidade” da mulher, como sujeito de direitos, na medida em que, a mesma não é considerada como tendo os mesmos direitos, nem os goza, em igualdade de circunstâncias quando comparada ao homem. Portanto, há uma disposição social que coloca homens e mulheres casadas em desigualdades de direitos e oportunidades, mercê do entendimento que se tem sobre os papéis sociais de cada um.

Pelo que:

- O número reduzido de mulheres com nível superior (mestrado e doutoramento) comparado ao número de homens está relacionado, em parte, aos papéis sociais inerentes à mulher no casamento (Nota, 2022).

Sobre os dados que sustentam esta afirmação apresentaremos e discutiremos no ponto 7.4 desta dissertação.

6. Hipóteses de pesquisa

A percepção social, aliada aos estereótipos e relações de género, que homens e mulheres têm sobre o casamento condiciona a continuidade de ENS nos graus de mestrado e doutoramento, daí que levantamos as seguintes hipóteses:

- Independentemente da necessidade de continuidade de ENS, os homens e as mulheres casados devem cumprir com os seus papéis socialmente construídos;
- Homens e mulheres não têm o mesmo poder de decisão e oportunidade para continuar com o Ensino de Nível Superior;
- Há uma mistura de entendimento, baseada na definição “ocidental”⁸ de casamento e conhecimento local/tradicional⁹, em relação à noção de casamento;
- Existem implicações sociais de carácter psicológico, financeiro e social para o homem e a mulher que frequenta o ensino superior (mestrado e doutoramento).

⁸ A noção de casamento amplamente difundida como a união entre duas pessoas de sexo diferentes, foi disseminada massivamente com a advento da colonização e expansão do Cristianismo, resultante da institucionalização obtida no Império Romano, através das Leis Augusto, assim designadas por terem sido instituídas durante o reinado do Imperador César Augusto.

⁹ Segundo Nascimento (2017) o conhecimento local tem sido usado em várias pesquisas e lugares variados com o objectivo de manifestar práticas e culturas, assim como suas relações com o ambiente. Nós acolhemos neste trabalho o conceito antropológico defendido por Morgan (2005) no qual afirma que o “conhecimento local” vem da palavra “tradicional” (tradição – ao longo do tempo), do indígena, sendo utilizado para descrever padrões de crenças, costumes e conhecimentos técnicos que são transmitidos de geração para geração dentro de um processo de socialização. Nosso entendimento sobre as percepções sobre a noção de casamento que pretendemos captar nas entrevistas assentam neste “conhecimento local” dos nossos entrevistados.

7. Revisão bibliográfica

7.1. O casamento

O casamento é uma das intuições sociais mais antigas de que se tem registo (Dias, 2004), a par da própria família, e ele “é, antes de mais, uma forma de resolver problemas práticos do dia-a-dia” (Batalha 2005:145), onde se incluem as alianças, a divisão do trabalho e a reprodução.

Ao olharmos para o modelo inicial de casamento, ele não tinha como objectivo a formação de uma família pois assentava sobre o que Dias considera uma “estrutura móvel”, na medida em que o mesmo era regido pela figura do patriarca (*pater*) que detinha todo o poder de, entre outras coisas, romper uniões e fazer adopções dentro da estrutura familiar (Dias, 2004).

Mas, O PROBLEMA DE UMA DEFINIÇÃO SATISFATÓRIA DE CASAMENTO incomoda antropólogos há décadas e foi levantada, mas não resolvida, várias vezes nos últimos anos.

Evidências transculturais e históricas sugerem que não há suporte empírico para uma definição única de casamento (Monsma, 2014) na medida em que a definição de critérios para que se possa considerar casamento ou não, não encontra componentes universais que os possam sustentar como Gough (1959) apresentou na sua discussão sobre a definição de casamento auxiliando-se no exemplo dos Nayar¹⁰.

Este aspecto dinâmico e a complexidade na definição de casamento também são apresentados por Ponzetti, Jr. (2003) como resultante da própria dinâmica social e dos indivíduos que fazem parte das sociedades.

Portanto, definir casamento deve partir de aspectos e critérios contextuais que possam estabelecer o vínculo que se assemelhe à relação entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes e que possa responder aos aspectos trazidos por Batalha (2005).

¹⁰ Os Nayar são um grupo formado por matrilinearidade, que compõem uma das castas indianas no Estado de Kerala. No sociedade Nayar o tali – um ritual de casamento a que as raparigas são submetidas antes da puberdade – é essencial na vida de uma mulher nayar. Depois do tali, “a rapariga pode começar a receber maridos – estes limitam-se a visitar a mulher periodicamente, nunca chegando a coabitar com ela – da sua própria subcasta mas que não pertencem à sua matrilinearidade. Estes normalmente vivem na sua vizinhança, mas podem também vir de fora. Além de homens da sua subcasta, uma mulher nayar pode também receber homens de subcastas superiores, geralmente pertencentes à casta brâmane Nambudiri. Estas relações que a mulher nayar estabelece com diversos homens chamam-se sambandham e são uma forma de casamento poligínico” (Batalha, 2005:132)

Nas “sociedades ocidentais”¹¹ o casamento foi oficializado, naquela que é hoje tida como a definição mais conhecida e mais comum (união entre homens e mulheres) pela Igreja Católica, baseada na Bíblia que afirma que “Por essa razão, deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e eles se tornarão uma só carne” (Bíblia Sagrada, Versão Almeida Revista e Corrigida, Gênesis 2:24).

De acordo com esta perspectiva, nestas sociedades o casamento sempre foi o ponto de partida para a formação de um núcleo familiar e as responsabilidades entre homens e mulheres sempre foram distintas dentro deste sistema. O que encontra reforço na definição legal apresentada por Monsma (2004) que afirma que o casamento como um contrato legal faz muito mais do que permitir que dois indivíduos assumam um compromisso um com o outro, pois como contrato jurídico, “a licença de casamento é baseada em regras que definem quem pode ou não se casar, estabelece direitos e obrigações legais dentro do casamento...” (Monsma, 2004:27).

Lembrando que na época da oficialização da instituição casamento a que nos referimos, às mulheres apenas lhes assistia o “direito” ao casamento e à maternidade e tudo sob a supervisão do marido (Canezin, 2004). No entanto, a “Notas e Dúvidas” de 1951 é um documento muito referenciado quando se quer falar de uma definição de casamento.

Este documento também faz referência à união de homem e mulher, mas, com a prerrogativa de afirmar que as crianças nascidas pela mulher na condição de casada são reconhecidas como sendo de ambos, isto é, a criança nascida de um homem e uma mulher a sua parentalidade é legitimada pelo casamento celebrado entre os dois.

¹¹ As “sociedades ocidentais” são assim chamadas por oposição às não-ocidentais (não-européias), cuja diferenciação assentou na História e Civilização baseados no etnocentrismo. Segundo Batalha (2004:24) o etnocentrismo é “a tendência para julgar os outros sistemas culturais a partir de um que consideramos “superior”, geralmente aquele a que estamos culturalmente vinculados. Tendo nascido na Europa e na América, a antropologia tomou, na sua origem, como sistema de referência aquelas sociedades, que à época eram largamente hegemónicas no mundo.” Na Europa a divisão em Ocidental (capitalista) e Oriental (comunista) surge no fim da Segunda Guerra Mundial, e marcou a diferença entre países desenvolvidos (economicamente e socialmente) e não desenvolvido. Para nós, o uso está ligado ao surgimento do conceito de casamento conforme foi disseminado no período da expansão europeia (séculos XV e XVIII).

Esta condição de legitimidade parental por causa do casamento, segundo Bell (1997) não irá encontrar suporte em muitas culturas na medida em que o estatuto social e os direitos das crianças não dependem do facto de os pais serem ou não casados.

Aliás, este foi o motivo pelo qual Gough (1959) reviu a “Notas e Dúvidas”, apesar da sua sugestão de definição abrir espaço para questionamentos no que concerne ao facto de podermos ou não considerar casamento um relacionamento entre uma mulher e uma ou mais pessoas (independentemente do sexo). No entanto, uma coisa fica clara, casamento e legitimidade parental são dois conceitos independentes mesmo a nível funcional.

Dias (2004), Monsma (2014) e Ponzetti (2003) trazem-nos a questão da dinâmica estrutural do casamento, que faz com que este deva ser visto dentro do contexto tendo em conta as relações sociais entre os indivíduos.

Nós concordamos com as colocações, e aliamos-las ao que Batalha (2005) afirmou pois, dentro desta estrutura social para além da aliança que se firma, à mercê do que Monsma (2014) referiu como “regras”, os papéis socialmente pré-estabelecidos para homens e mulheres ditarão a divisão do trabalho, o que incluirá a diferenciação do poder entre eles, homens e mulheres. Portanto, sem ignorar todas as possibilidades que existem sobre o casamento, é importante que este seja visto e entendido dentro do contexto social onde ocorre.

7.2. Contexto africano e suas práticas

Olhando para o contexto africano¹², apesar da diversidade de crenças e religiões, é possível encontrar a representação trazida pela Igreja Católica como também algumas lendas a ela associadas, conjugadas com aspectos meramente tradicionais africanos e ligados aos contextos, como por exemplo a união de tribos pelo acto de casamento de duas pessoas.

¹² Olhar para contexto africano em termos de crenças e religiões é olhar para além do cristianismo e islamismo, que são as religiões maioritárias no continente com 49% e 42% do total da população respectivamente, e olhar para o que Lopes (2015) designa de Religião Tradicional Africana (RTA) que corresponde a 8% da população (ZURLO, 2020 citando a Base de Dados do Mundo Cristão). Segundo este autor citando Awolalu (1976), a RTA é baseada na oralidade, sem escrituras sagradas, gravada apenas no coração das pessoas, memória, história oral, rituais; não tem fundadores como Buda, Jesus ou Maomé não é uma religião de um só herói; não tem missionários ou o desejo de propagação da religião. Trata-se de religiões sincréticas animistas, politaístas e panteístas.

Pitta (2010) fala de condição das mulheres serem socializadas para serem “boas esposas”. Acto este que é sustentado também pela visão eurocêntrica, que também foi o mote para as lutas feministas no Ocidente.

Entre o povo Swahili do Quénia, por exemplo, uma mulher mais velha é responsável por instruir a noiva sobre “como ser uma boa esposa, como agradar e como fazer sentir bem o seu marido” (Pitta, 2010, em <http://civilizacoesafricanas.blogspot.com/2010/02/casamento-africano-e-suas-tradicoes.html>).

Mas, no mesmo país e entre os povos Massai, após a cerimónia do casamento, a noiva ao partir para a casa do marido, seu novo lar, não deve olhar para trás pois, creem que se o fizer transformar-se-á em pedra. Esta lenda Massai lembra uma outra constante na Bíblia e que povoa o universo cristão, quando a mulher de Ló, sobrinho de Abrão, ao desobedecer a ordem de Deus para que não olhasse para trás ao sair de Sodoma, cidade onde habitavam e que estava ser destruída por Deus, o fez e transformou-se numa estátua de sal (Bíblia Sagrada, Génesis 19:26).

Mais do que a analogia da mulher se transformar em estátua de pedra e de sal, está implícita a questão obediência que se coloca à figura da mulher dentro da relação estabelecida pelo casamento e conseqüente punição caso não aja em conformidade, o que leva à distinção entre o poder do homem e da mulher.

Mc Fadden (2019:1) dizia que “quando nascemos, começamos a perigosa jornada de nos tornar mulheres de várias maneiras que o patriarcado construiu para nós - como mães, esposas, filhas, irmãs, avós, tias - a serviço daqueles que possuem e controlam o poder”. É nesta desigualdade de poder onde encontramos uma das formas que leva à opressão da mulher, dado que o poder patriarcal continua a determinar a posição da mulher no mundo.

No Sudão, entre os Neur, o noivo tem que entregar 20 a 40 cabeças de gado à família da noiva, acto este similar ao que acontecia no sul de Moçambique (Junod, 1974), na cerimónia do lobolo, e na qual as cabeças de gado foram sendo substituídas por outros bens ao longo do tempo, na medida em que muitas famílias perderam o seu acervo

pecuário durante a guerra dos 16 anos entre a Forças do Governo, liderado pela FRELIMO, e a RENAMO, depois da independência de Moçambique¹³.

Fernandes (2020:38) sobre estas mudanças no lobolo diz que “pode, por conseguinte, ser visualizado como uma categoria social que é reproduzida e modificada ao longo do tempo e, por isso, concebida como uma “tradição dinâmica”, dado que “foi se reinventando ao longo dos tempos, devido às interações sociais dos indivíduos, decorrentes, em princípio, de processos socioeconômicos”.

Mas, diferentemente dos povos do sul do país, os Neur, só consideram o casamento completo depois que a mulher dá à luz ao seu segundo filho. Caso a mulher não conceba, o noivo e sua família podem solicitar a devolução do gado entregue à família da noiva.

Em termos epistemológicos a ideia de “Norte e Sul” dissipa-se nos exemplos que trouxemos aqui, na medida em que por comparação, o Sudão, que está a norte de África, apresenta similiaridades com o Sul de Moçambique e o Quênia, na zona Oriental, mais a centro do continente, tem similaridades lendárias com parte do Ocidente, pese embora não tenhamos clareza sobre o surgimento da lenda sobre a transformação da esposa em “pedra” caso olhe para trás ao se dirigir para a casa do marido após o casamento.

Nós não concordamos com a dualidade visonária trazida pela epistemologia “Norte e Sul”, pois acreditamos na diversidade epistemológica do mundo baseada nos saberes e práticas sociais locais que, como vimos, variam de contexto para contexto e têm carácter dinâmico.

Como pudemos constatar, apesar das variações nas suas manifestações, o casamento e a conjugalidade (como veremos adiante) são reconhecidos nas sociedades como uma forma de estabelecimento de relações sociais e de parentesco.

¹³ As mudanças de gado para outras formas de “compensação” também aconteceram antes da guerra dos 16 anos. Santana (2009) e Fernandes (2020) fazem referência às perdas que os Tsongas tiveram com a invasão de Sochangane em 1820, que retirou todo o gado deste povo, levando-os a inserir enxadas, cestos

7.3. *Contexto de Moçambique (Contexto normativo e social do casamento)*

Como foi mencionado anteriormente, quando se fala de casamento em termos normativos são reconhecidos em Moçambique 3 tipos de casamentos no país, civil, religioso e tradicional, nos quais os últimos 2 tipos devem obedecer às normas comuns da referida Lei (Lei da Família, Artigo 17).

Ainda pela mesma Lei, o casamento é definido como “...a união voluntária e singular entre um homem e uma mulher, com o propósito de constituir família, mediante comunhão plena de vida” (Lei da Família, Artigo 8).

Como podemos ver, aqui não há espaço para outros tipos de união, como por exemplo, o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou com mais de uma pessoa. E, é sobre esta definição que assentam os três tipos de casamento reconhecidos por lei no país, pois quando o casamento não é monogâmico ou até é monogâmico, mas é entre pessoas do mesmo sexo ou entre um adulto e um menor de idade, ele deixa de ser reconhecido e de ter a mesma eficácia que tem o casamento civil, ele deixa de ter valor em termos normativos (Lei da Família).

Outra questão prende-se com os vínculos institucionais estabelecidos pelo casamento, pois “enquanto o casamento civil define uma relação entre os casais e o Estado (Lei Civil) e o casamento religioso uma conexão com Deus, o lobolo¹⁴ é essencialmente um acto que estabelece uma relação entre o casal, as famílias e os antepassados” (Bagnol, 2008:270).

Mas, a Lei da Família no seu Artigo 81 permite que exista “posse de estado (*de casada/o*) quando se verificarem, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) viverem as pessoas como casadas;
- b) serem reputadas como tais nas relações sociais, especialmente nas respectivas famílias.

de palha, pulseiras de latão, brincos, panos, vidrilhos (estes quatro últimos produtos que adquiriam nas trocas comerciais com os europeus) no *lobolo*.

¹⁴ O termo *lobolo* deste autor considerámo-lo equivalente ao casamento tradicional constante na Lei da Família. O nosso posicionamento parte da base explicada por Furquim, quando diz que “no caso do lobolo, o não pagamento implica em um casamento incompleto...” (Furquim, 2016:10). Portanto, o lobolo é uma forma de casamento tido como tradicional.

Isto significa que quando socialmente duas pessoas, homem e mulher conforme disposto no Artigo 8, lhes é reconhecida a sua condição de casados pela convivência podem por Lei registrar esta união. Mas, como fica explícito neste artigo, há necessidade de prova do casamento através do que é colocado nas duas alíneas a) e b) do Artigo 81 da Lei da Família. Aqui se abre espaço para as uniões de facto e/ou convivências maritais serem igualmente reconhecidas por esta Lei.

No entanto, estes tipos de casamento são a base para outra forma de olhar para esta instituição social, na medida em que a sociedade tem a sua “própria definição” sobre o casamento com base no que se espera de homens e mulheres em termos de responsabilidades, comportamento, atitudes relacionadas aos estereótipos de género e relações de género.

Negrão (2008) ao falar dos sistemas costumeiros no âmbito do acesso, posse e controlo da terra faz menção ao casamento preferencial, predominante nas linhagens matrilineares existentes no país. Mas, este autor chama a atenção para as mudanças que foram surgindo ao longo do tempo cuja uniformidade não se pode encontrar, apesar da manutenção de aspectos comuns como por exemplo a permissão de casamentos matrilocais e patrilocais nas matrilineagens.

E, isto porque os casamentos em muitos países africanos acontecem associados à organização das sociedades que é “fortemente influenciada pelas relações de parentesco que têm como base o sistema de linhagens” (Santana, 2009:83). Neste sistema, que ocorre com pequenas variações entre os espaços urbanos e rurais, autores como Loforte (2000) e Lovejoy (2002) explicam que, as linhagens traçam uma descendência unilinear, isto é, a filiação ou pertença de um indivíduo ao grupo de descendência (linhagem) é estabelecida por filiação transmitida exclusivamente através do pai ou da mãe e nunca dos dois em simultâneo.

É neste cenário que o casamento irá estabelecer os padrões de residência dos noivos aquando do casamento e que de certa forma também influenciará no poder que cada um dos cônjuges detém dentro do casamento mediante as regras patri ou matrilineares as quais se regem e o tipo de residência estabelecido.

Santana (2009) refere-se à predominância do casamento tradicional e da poliginia nas patrinhagens o que justifica os casamentos cujo padrão de residência é patrilocal, pois numa situação de poliginia, por exemplo, seria impossível ao homem deslocar-se para junto da mulher por ser mais do que uma. De referir que este casamento tradicional, vulgo “*lobolo*” é actualmente equiparado ao casamento civil e religioso por lei como mencionamos anteriormente.

Ora, como já nos referimos Henri Junod falava do “*lobolo*” no sul de Moçambique, pese embora o seu posicionamento sobre o mesmo seja baseado numa troca comercial entre famílias não ser de todo a nossa convicção, e sobre a qual não iremos nos debruçar nesta pesquisa.

O registo deste tipo de casamento por um missionário como Junod, leva-nos a concluir que este tipo de casamento já era prática entre os povos antes mesmo da colonização.

Mas, a institucionalização decorrente na Europa sobre este conceito foi trazida pelos colonizadores e inserida nos sistemas vigentes, e como vimos adoptada por Lei. Mas, ao longo do tempo, como resultado das transformações sociais e culturais, a mercê destes contactos também, foram surgindo na sociedade moçambicana novas formas de conjugalidade.

Ao falarmos de conjugalidade surge o termo conjugar, que dá a ideia de união, de ligação. Deste modo Pires (2008:10) afirma que “...quando dois indivíduos se comprometem com uma relação estável e duradoura, complementam-se e adaptam-se reciprocamente de modo a constituir um modelo de funcionamento conjugal”.

Esta relação nem sempre se baseia necessariamente na existência de um contrato formal entre as pessoas envolvidas, para que entre na classificação normativa ditada por Lei em Moçambique. À união de facto e casamento tradicional, juntam-se outras formas que a sociedade entende/reconhece como formas de casamento, pois aos envolvidos lhes é atribuído o título social de marido e mulher, como são os casos de: “namoro autorizado” (aquele em que já houve a apresentação da intenção de noivar e casar por parte da família do namorado à família da namorada), namoro com mais de 1 ano de duração, namoro em que já tenha(m) sido concebido(s) filho(s), e em todos estes casos

independentemente do homem e a mulher coabitarem juntos. Sobre a percepção destas formas de conjugalidade abordaremos mais adiante quando analisarmos os dados da pesquisa.

A reter temos o facto de que desde o seu surgimento até a actualidade, a instituição casamento e a conjugalidade registaram mudanças mercê das transformações sociais e culturais ligadas aos indivíduos envolvidos no processo, homens e mulheres.

A emancipação e autonomia, especialmente económica, da mulher e revolução sexual das últimas décadas trouxe o que Gomes e Paiva (2003) designam como mutabilidade, transformação e flexibilidade na medida que os critérios que ditavam a noção ou percepção que se tinha do casamento no passado foi-se alterando de acordo com os contextos e mudanças sociais neles ocorridas.

7.4. Género e o acesso à educação

Para falar de género e o acesso à educação importa-nos discorrer de forma breve sobre a noção de género e os papéis de género para poder relacioná-las com a educação.

As pessoas nascem com o sexo masculino ou feminino. Ninguém nasce homem ou mulher e esta tese foi defendida, e nós concordamos com ela, pela filósofa Simone de Beauvoir (2009), no clássico livro *O segundo sexo*. Para ela, a liberdade autónoma deveria servir de base para definir o ser humano de forma singular.

No entanto, a cultura e as questões sociais jogam um papel preponderante nesta definição, que coloca muitas vezes a mulher numa situação de desigualdade quando comparada com o homem, mercê da sua condição biológica aliada às imposições sociais e culturais (Siqueira, 2019).

Olhamos também para a noção de género na perspectiva defendida por Scott (1989: 7) ao afirmar que “qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro”. E esta assumpção é assumida por nós por causa da natureza dos dados que implicarão a análise por nós proposta. Pois de contrário, somos de opinião que a questão de género transcende em larga escala a posição binária que homens e mulheres socialmente construídos nos traz.

Na “escala binária do género” temos uma diversidade de “papéis sociais que podem ser desempenhados pelos mesmos gêneros e o limite em que o género interfere na diferenciação da prática desses papéis” (Siqueira, 2019: 23).

Se entendermos os papéis de género como as acções e/ou comportamento que se espera que homens e mulheres tenham dentro de um contexto social, como por exemplo na sociedade Ndau na zona centro de Moçambique, espera-se que uma *boa* mulher saiba fazer a *xima* conforme o preceituado, quando não é classificada dentro deste nível considerado bom, ela não deixa de ser mulher. O não saber fazer este prato conforme se é esperado socialmente a colocará na mesma categoria que as outras mulheres, mas a diferenciará das restantes por causa da pratica de um dos papéis de género.

Defendemos um conceito de género interseccional, cruzando variadas dimensões, como é o caso de sexo, classe, estatuto, etnia, educação, profissão, cor da pela, ambiente urbano/rural. Portanto, o género ganhou desdobramentos influenciados por questões históricas e socio-políticas que foram validando as desigualdades de género nos vários contextos mundiais, o que influenciou na revisão das leis, como foi o caso da CRM em 2004, elaboração da Política de Género e Estratégia da sua Implementação, Políticas da Educação nos diversos níveis e Políticas Sectoriais sobre Género, “em função dos movimentos feministas” (Siqueira, 2019: 24).

Desta forma foi instituído pelos Artigos 35 e 36 da CRM os Princípios de universalidade, igualdade e igualdade de género. Potenciando desta forma todas lutas feministas e de emancipação que já decorriam no território moçambicano.

Ao colocar homens e mulheres em igualdade de direitos, a CRM remete homens e mulheres no mesmo nível nos quatro (4) domínios referidos no Artigo 36¹⁵, que também está alinhado com a definição da UNESCO (2019), mas que para nós é de alguma forma discutível quando entramos no espaço regido pela instituição casamento, onde os papéis expectáveis para homens e mulheres são claramente definidos e devem ser praticados naturalmente mercê do processo de socialização ao qual os indivíduos

¹⁵ O Artigo 36 da CRM diz que “O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos domínios da vida política, económica, social e cultural”.

que se casam são/estão preparados para tal, como veremos adiante na nossa análise de dados.

Nesta instituição, casamento, os papéis de género (femininos e masculinos) são para além de reproduzidos, replicados para os novos indivíduos produzidos, também¹⁶, desta instituição, os filhos, o que contribui, de certa forma, para a naturalização e manutenção destes papéis nas sociedades bem como, em grande medida, das relações de género.

Esta disposição encontra apoio na igreja e escola, onde “ao segregar os espaços e incorporar o discurso que diferencia os sujeitos pelo género, reproduzem, também, as desigualdades que se cristalizam na sociedade” (Andrade e Barros, 2009:92).

Lembrando que, segundo os mesmos autores, na concepção epistemológica na educação, referenciando a abordagem behaviorista (ou comportamentalista), “pode-se pensar o ser humano como produto do meio, resultado daquilo que o permeia”.

Portanto, os comportamentos, atitudes, pensamentos que caracterizam homens e mulheres nas sociedades, são contextuais, produto e reacção ao meio onde estes se encontram. No espaço escola, à semelhança da instituição casamento, as diferenças baseadas nas relações de género são reproduzidas continuamente, numa clara aceitação dos modelos socialmente instituídos.

Ora, deste o tempo colonial que a relação entre as questões de género e o ensino são registadas, sendo o homem o sujeito preferencial em termos de oportunidades de usufruir deste direito. Santana (2009:67) disse que “A escola era vista como uma exclusividade masculina, mas o acesso dos africanos ao ensino era difícil, visto que sua aquisição funcionava como um critério de distinção social” e isto porque para além da

¹⁶ Hoje vemos que existem vários modelos de família. Batalha (2005) discorre sobre alguns modelos que podemos encontrar nas sociedades actuais. A ideia de família nuclear/clássica encontrada como resultado de casamento foi perdendo espaço por conta da história e processo evolutivo e dinâmico que constitui o mundo. Batalha, por exemplo, faz menção das famílias monoparentais que afirma que “Nas últimas décadas, as famílias encabeçadas por mulheres aumentaram significativamente em consequência quer do aumento do número de divórcios quer do aumento do número de mães solteiras, resultante, em grande medida, do aumento da actividade sexual dos jovens antes e fora do casamento” (Batalha, 2005:159). Portanto, os filhos, hoje em dia não são somente resultado de uma família constituída por via do casamento.

divisão por gênero, nesta época a questão racial era associada ao direito, ou não, à educação.

Até porque, antes mesmo da colonização “perante o Direito Costumeiro Moçambicano, a mulher não era considerada pessoa legal, tanto que dentro das sociedades onde se encontravam inseridas, não eram tidas como adultas e negava-se-lhes o direito de falar em público” (Penicela, 2012:19). Portanto, o cenário de exclusão da vida social e oportunidades a ela associadas esteve sempre *mais* vedado às mulheres em Moçambique.

É aqui que nos importa fazer referência ao conceito de emancipação, termo este que ao falar de feminismo, Basimile (2013:260) definiu como sendo “emancipação das mulheres da opressão política, econômica, cultural, social, física e fisiológica”.

Quando em Moçambique os movimentos nacionalistas se uniram e formaram a FRELIMO, uma das divergências que tinham prendia-se com a emancipação da mulher apesar do papel preponderante que as mulheres tiveram para estes movimentos desde o início. Tal importância resultou, em 1965, na criação do Destacamento Feminino, com o intuito inicial de defesa das suas famílias (Casimiro, 2004), da opressão social e física trazida com a guerra.

O jornal *O Globo* (de 25 de Julho de 2004) referiu que “as relações de poder quase sempre desiguais que se estabeleceram entre homens e mulheres foram culturalmente legitimadas, permitindo que o homem exercesse sua opressão sobre a mulher. Já o poder exercido pela mulher não teve sua influência reconhecida, apesar de as mulheres certamente exercerem pressões importantes na vida social dos grupos a que pertenceram”.

Foucault (1994:96-98) categoricamente afirmou que “o poder está em toda a parte”; não que englobe tudo, mas porque vem de toda a parte [...], o poder não é uma instituição e não é uma estrutura [...] não é qualquer coisa que se adquire, se arranca ou se partilha, qualquer coisa que se guarda e se deixa escapar; o poder exerce-se a partir de um sem número de pontos e num mecanismo de relações não igualitárias, mas móveis [...]”.

Ora, se este poder se exerce numa perspectiva de relações sociais e desiguais, certamente temos um “opressor” e um “oprimido” num sistema legitimado socialmente¹⁷. E, nas relações entre homens e mulheres, é notável a opressão desta pelo homem, assente na cultura da masculinidade defendida pelos sistemas patriarcais¹⁸.

Portanto, tanto Basimile como Casimiro fazem menção à opressão social ligada ao contexto de emancipação da mulher dentro do(s) movimento(s) feminista(s), teoria e conceito aos quais nos apoiaremos para nos debruçarmos sobre o tema em discussão nesta pesquisa.

Este posicionamento do que Basimile ao citar Bunch referiu como “a necessidade de libertação das mulheres, livrando-as da opressão a que têm sido sujeitas e levando-as não apenas à conquista da igualdade, mas também ao direito de escolherem livremente o seu destino e serem donas da sua vida, dentro e fora de casa” e “a remoção de todas as formas de desigualdade e opressão, o que será conseguido através da criação de uma ordem nacional e internacional mais justa para as mulheres, em termos sociais e económicos” (Bunch, 1993: 249, citada por Basimile, 2013), permitirá que barreiras sociais e culturais subjacentes à continuidade do ensino superior por parte das mulheres em pé de igualdade com o homem sejam reduzidas, e, talvez, removidas da sociedade.

Dentre as várias barreiras está o acesso integral da rapariga e mulher à educação. Lembrando que os índices de analfabetismo entre a população feminina em Moçambique ainda são elevados, situados em 49,2%, contra 27,2% para homens, segundo o último censo populacional do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019). Com esta percentagem de analfabetismo, fica patente a desigualdade ainda existente no que tange à educação de homens e mulheres no país.

¹⁷ Silva (2001:129) fala de uma relação “triádica” onde temos os indivíduos que exercitam o poder, indivíduos que estão submetidos a esta relação de poder e espaço ou “esfera” de atuação”, isto é o espaço onde esse poder é exercido. Por outras palavras, não podemos falar de poder se não tivermos quem o exerce, a pessoa sobre a qual se exerce o poder e o context no qual este poder é exercido.

¹⁸ Quando falamos de “sistemas patriarcais” assumimos o que o debate feminista trouxe como contribuição em relação a este conceito, onde o “patriarcado coloca, no centro da discussão, o poder do homem sobre a mulher” (Azevedo, 2016, p 14), por outras palavras “nos sistemas patriarcais, as mulheres estão em patamar de desigualdade tendo uma série de obrigações em relação aos homens, tais como manter relações conjugais” (Azevedo, 2016, p.15), cuidar da família, etc.

Países como por exemplo Canadá, Finlândia, Austrália e Irlanda encontram-se entre os que têm a maior percentagem da população com o nível de ES ou a fazer um curso de ES, com 50%, 38% e 37% respectivamente¹⁹. Destas percentagens, temos o Canadá, onde 58% de mulheres trabalhadoras têm um grau mais alto de escolaridade, por outras palavras neste país a maioria de sua força de trabalho é feminina e é altamente educada. Na Irlanda, a força de trabalho feminina e altamente educada é de 49%²⁰.

Relacionando estas percentagens com os níveis de desenvolvimento destes países podemos concluir que a escolarização de homens e mulheres contribui de igual forma, num contexto de prosperidade económica e bem-estar social, e onde a relação entre educação e desenvolvimento é evidente (Feio e Oliveira, 2015; Noa, 2020).

Se assim não fosse, teríamos a Irlanda imersa em níveis de subdesenvolvimento aproximados aos de Moçambique na medida em que o separador entre os dois contextos seria apenas o facto de um ter maior número de mulheres escolarizadas e o outro ter o mesmo número de mulheres analfabetas.

Não estamos com esta asserção a assumir que há uma relação directa entre o nível de escolaridade com o desenvolvimento destes países. Apenas constatámos que o facto de o Canadá e a Irlanda apresentarem taxas altas de força de trabalho feminina e altamente educada coloca as mulheres numa situação de contribuição em pé de igualdade com os homens no mercado de trabalho, na medida em que estão igualmente preparadas para os empregos profissionais.

No entanto, o acesso à educação não se resume só a número de homens e mulheres que ingressam nas instituições de ensino e/ou graduam. Mas, para as instituições de tutela da Educação, o seu foco quando se fala de género e educação resume-se a dados desagregados por sexo, como mostraremos nas diversas tabelas abaixo e dados transformados em gráficos apresentados e analisados ao longo deste trabalho.

¹⁹ Dados obtidos em: [Os países com o maior índice de educação do mundo - InfoMoney](#)

²⁰ Dados obtidos em: <https://pt.ripleybelieves.com/12-countries-with-most-highly-educated-female-workers-7094#:~:text=Na%20Irlanda%2C%20pouco%20menos%20da%20metade%20da%20for%C3%A7a,p%C3%B3ssecund%C3%A1rio%2C%20a%20Litu%C3%A2nia%2C%20a%20Finl%C3%A2ndia%20e%20a%20Noruega.>

De modo geral, aspectos como infraestruturas de formação de professores limitantes em termos de espaço, isenção de estereótipos de género nas instituições de ensino (Fonseca e Almeida, 2022), a pobreza, a cobertura escolar, as uniões prematuras, a orfandade e vulnerabilidade, o assédio e abuso sexual das raparigas não surgem nos documentos oficiais de análise ou reporte como aos que tivemos acesso por parte do MCTESTP.

A variável ser casada(o) apresentada por nós como uma barreira para a continuidade do ES e igualmente referenciada por Nota (2022), também não é tida em conta quando se quer falar da frequência do ES nas 53 instituições de ES actualmente existentes no país (MCTESTP, 2022).

Instituições estas que expandiram o campo de abrangência do ES a mercê de políticas públicas nacionais (como por exemplo o Plano Estratégico do Ensino Superior - PEES: 2012-2020, que defende a ampliação do volume das bolsas de estudo atribuídas às mulheres) e internacionais adoptadas pelo país e que garantem a “igualdade de direitos e oportunidades para raparigas e rapazes, bem como para mulheres e homens, no acesso à educação, formação de qualidade e outros benefícios” (PGEI, 2018:6), bem como o direito à educação, como um direito universal (Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu Artigo 26).

Portanto, há um desfasamento entre a oferta e o acesso ao ES entre homens e mulheres, independentemente da expansão e cobertura das instituições de ES e uma das causas pode ser a variável ser casado(a).

Dados apresentados para avaliar as questões do acesso e frequência de homens e mulheres no ES, mostram quase sempre a discrepância numérica entre homens e mulheres, sendo estas últimas as que apresentam menos números, como podemos ver nos dados da tabela a seguir:

Tabela 1: Novos ingressos no ES em Moçambique

Novos ingressos por sexo									
Descrição	Estudantes								
	2017			2018			2019		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	54,950	26,136	28,814	50,254	21,961	28,293	56,416	26,374	30,042
Públicas/ <i>Public</i>									
Sub-total	29,091	13,312	15,779	26,884	10,705	16,179	26,686	11,235	15,451
Privadas/ <i>Private</i>									
Sub-total	25,859	12,824	13,035	23,370	11,256	12,114	29,730	15,139	14,591

Fonte: Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional, 2020

Este modelo de apresentação de dados sobre questões de género no ES não nos possibilita leituras para além do que os números nos mostram. Questões relacionadas com a idade dos estudantes deste nível relacionada com a responsabilidade familiar, e esta responsabilidade que está muitas vezes ligada ao casamento, ficam de fora na interpretação destes dados.

É necessário que dados qualitativos sejam associados a estes números para que se possa entender o que está por detrás destas discrepâncias numéricas apresentadas pela tabela 1 no ingresso ao ES entre mulheres e homens.

Aliás, Hunguana (2014) chama a atenção para o facto de geralmente tender-se a olhar para as questões de género no ES como uma consequência das dinâmicas de género nos ensinos primário e secundário (por exemplo, a desistência das raparigas por causa das uniões prematuras e gravidezes precoces).

Esta perspectiva deixa antever o desafio que ainda enfrentamos para abordar as questões de género no ES em Moçambique aliado ao fraco sistema de informação sobre o ES. Fraco porque assenta mais no número de instituições existentes, estudantes matriculados nos diversos cursos oferecidos pelas instituições e graduados nos diferentes níveis, dados estes algumas vezes sem a devida desagregação por sexo (Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional, 2017, 2018 e 2019), como podemos ver na tabela que se segue:

Tabela 2: Estudantes matriculados, graduados e novos ingressos, segundo área científica

Área científica/Scientific area	Estudantes/Students								
	2017			2018			2019		
	Matriculados/R egistered	Graduados/ Graduated	Novos ingressos	Matriculados/R egistered	Graduados/ Graduated	Novos ingressos	Matriculados/R egistered	Graduados/ Graduated	Novos ingressos
Total	200,649	19,197	54,950	213,930	24,205	50,254	216,603	22,586	56,416
Públicas/Public									
Sub-total	119,944	12,508	29,091	128,428	14,432	26,884	130,280	11,112	26,686
Educação/Education	36,373	4,275	9,368	43,031	6,046	8,025	35830	3799	7821
Letras e Humanidades/Arts and Humanities	5,608	793	941	4,706	201	612	6681	320	1017
Ciências sociais, gestão, direito/Social sciences, management, law	41,317	4,161	10,464	42,304	3,999	8,945	43149	3543	9209
Ciências naturais/Natural sciences	7,229	446	1,357	9,347	470	1,479	11868	703	1961
Engenharias, Indústrias e Construção/Engineering, Industry and Construção	14,836	926	3,361	15,840	911	3,317	16384	897	3209
Agricultura/Agriculture	5,207	769	1,278	3,590	240	681	6118	448	1248
Saúde e bem-estar/Health and welfare	6,018	562	1,386	6,485	1,926	2,929	6803	855	1276
Serviços/Services	3,356	576	936	3,125	639	896	3447	547	945
Privadas/Private									
Sub-total	80,705	6,689	25,859	85,502	9,773	23,370	86,323	11,474	29,730
Educação/Education	16,088	958	6,706	10,876	1,678	4,343	12128	1484	4793
Letras e Humanidades/Arts and Humanities	439	76	165	726	97	91	325	63	70
Ciências sociais, gestão, direito/Social sciences, management, law	45,543	4,494	12,619	56,048	6,121	13,319	51711	6711	16361
Ciências naturais/Natural sciences	2,163	204	701	1,768	88	578	5438	563	2120
Engenharias, Indústrias e Construção/Engineering, Industry and Construção	6,149	158	2,045	7,346	845	2,017	7073	566	2463
Agricultura/Agriculture	3,316	293	1,054	1,430	181	555	1264	107	498
Saúde e bem-estar/Health and welfare	6,693	480	2,493	7,144	712	2,436	7407	1859	3090
Serviços/Services	314	26	76	164	51	31	977	121	335

Fonte: Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional, 2020

Como podemos observar, a par da falta de desagregação, apesar da informação importante que nos transmitem, estes dados não nos permitem saber por exemplo nos diferentes níveis de formação existentes no ES quantos estudantes foram graduados em cada um desses níveis e destes graduados quantos eram homens e quantos estudantes eram mulheres.

No entanto, importa salientar que, ainda, de acordo com os dados do MCTESTP, as instituições do ES estão em todo país. E, uma breve análise aos dados referentes aos estudantes novos ingressos e desagregados por sexo e áreas científicas em 2019, por exemplo, confirma a informação constante na tabela 1 onde temos mais homens do que mulheres que ingressaram no ES.

A tabela 3, traz dados referentes ao ano de 2019, e destacando somente os ingressos temos no total para as instituições públicas e privadas 56.416 estudantes sendo que 26.347 eram mulheres, o que corresponde a 46,7% do total.

Tabela 3: Novos ingressos por sexo segundo área científica – 2019

Área científica/Area of study	Estudantes/Students		
	2019		
	Total	Mulheres/Female	Homens/Male
Total	216,603	22,586	56,416
Públicas/Public			
Sub-total	130,280	11,112	26,686
Educação/Education	35830	3799	7821
Letras e Humanidades/Arts and Humanities	6681	320	1017
Ciências sociais, gestão, direito/Social sciences, management, law	43149	3543	9209
Ciências naturais/Natural sciences	11868	703	1961
Engenharias, Indústrias e Construção/Engineering, Industry and	16384	897	3209
Agricultura/Agriculture	6118	448	1248
Saúde e bem-estar/Health and welfare	6803	855	1276
Serviços/Services	3447	547	945
Privadas/Private			
Sub-total	86,323	11,474	29,730
Educação/Education	12128	1484	4793
Letras e Humanidades/Arts and Humanities	325	63	70
Ciências sociais, gestão, direito/Social sciences, management, law	51711	6711	16361
Ciências naturais/Natural sciences	5438	563	2120
Engenharias, Indústrias e Construção/Engineering, Industry and	7073	566	2463
Agricultura/Agriculture	1264	107	498
Saúde e bem-estar/Health and welfare	7407	1859	3090
Serviços/Services	977	121	335

Fonte: Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional – 2020

Fawe (2013) refere que o desequilíbrio de género no ES é um fenómeno comum tanto nas instituições públicas como nas privadas e resulta de factores culturais, sociais, económicos, políticos, etc., aliados com a questão da institucionalização das estruturas patriarcais.

No entanto, este desequilíbrio acontece de forma inversa, pois ao olharmos para os dados das instituições privadas, vemos que a percentagem de mulheres que ingressaram em 2019 é maior (50,9%) quando comparada com a percentagem de homens (49,1%). Cenário este contrário ao apresentado pelas IES públicas, onde 42,1% foram mulheres a ingressar no ano em análise contra 57,9% de homens.

8. Metodologia

Desde a história mais remota do Homem tido como “primitivo”²¹, sabe-se da ânsia de conhecimento, a busca insana pela sabedoria, fazendo com que o Homem começasse a pensar com base nas suas observações, evoluindo os seus conhecimentos desde as concepções astrológicas até registros em papiros a fim de realmente tornar o conhecimento explícito.

Pode-se dizer cientificamente, que o conhecimento sofreu várias fases, na qual se fundou em vários tipos. (FACHIN, 20035; RAMOS; RAMOS; BUSNELLO, 2005).

Segundo Dalfovo, Lana e Silverão (2008), o conhecimento científico, se apresenta para Fachin (2003) como o resultado de uma investigação que segue uma metodologia, baseada na realidade de factos e fenómenos, capaz de analisar, descobrir, concluir, criar e resolver novos e antigos problemas.

Citando Ramos e Busnello (2005), os mesmos autores afirmam que o mesmo conhecimento só é realizado quando trabalhado em dados e fatos. Além disso, os mesmos autores ressaltam a necessidade de sofrer uma análise documental e textual, de como é realizada a metodologia para verificar os resultados da pesquisa.

Portanto, a realização de um trabalho científico obedece a um conjunto de princípios e métodos que devem ser observados, dominados e aplicados. Sem eles o trabalho científico não existe e os resultados não podem ser validados.

Referindo-se especificamente a métodos importa destacar o método:

²¹ A Antropologia, no contexto do seu surgimento, durante o século XIX, tinha como objectivo “compreender as origens da humanidade e a natureza cultural e biológica dos povos “primitivos” ou “selvagens”. Esta era a designação que era dada a tudo que era desconhecido nesta época, numa base etnocêntrica na qual a tendência era julgar os outros sistemas culturais a partir do que os antropólogos consideravam “superior”, geralmente aquele sistema ao qual estavam culturalmente vinculados (Batalha, 2004). A Carta de Pero Vaz de Caminho é o exemplo antropológico tradicional do etnocentrismo. O uso do termo “primitivo”insere-se nesta perspectiva daí o termo estar entre parêntesis, na medida em que o contexto no qual usamos o termo assenta neste Homem, Ser Humano, desde os primórdios da humanidade, quando não se sabia ou pouco se sabia sobre o mesmo. De referir que o Homem (objecto de estudo da Antropologia) é composto por diversos Homens, “populações humanas na sua diversidade em diferentes locais e épocas” Bates e Fratkin (199), citados por Batalha (2004).

- Qualitativo – que difere, em princípio, do quantitativo, na medida em que não emprega um instrumental estatístico como base na análise de um problema, não pretendendo medir ou numerar categorias (RICHARDSON, 1989).

Podemos partir do princípio de que trabalha predominantemente a informação colectada pelo pesquisador e que não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise.

Nós assentamos neste princípio que, ainda segundo Creswell (1997), vai explorar um problema social (ou do indivíduo) através de um processo investigativo. Este método foi a base deste trabalho que assentou no estudo dos casos de duas das maiores universidades do país na esfera pública e privada. No campo, as entrevistas gravadas (que foram orientadas a partir de um guião previamente elaborado para o efeito) serviram para a colheita da informação analisada neste trabalho.

8.1. *Localização do campo de pesquisa*

Esta pesquisa teve lugar na Cidade de Maputo, e nela foram seleccionadas duas instituições de ES, tendo uma a classificação de ser pública, por pertencer ao Estado Moçambicano, e a outra ser privada, por ter sido criada e estar sob o domínio de uma gestão privada.

Ambas foram seleccionadas tendo como principal critério a antiguidade das mesmas no cenário do ES em Moçambique. Outro critério associado à antiguidade foi a existência de cursos de mestrado e doutoramento a serem ministrados no período no qual esta pesquisa foi realizada.

As instituições seleccionadas são:

- i) Universidade Eduardo Mondlane - fundada em 1962 com a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique. Em 1968 ascendeu à categoria de Universidade tendo sido inicialmente denominada Universidade de Lourenço Marques e só em 1976, após a conquista da independência nacional, o então Presidente Samora Machel atribuiu a esta instituição o nome de Universidade Eduardo Mondlane em homenagem àquele que foi o criador da ideia da unidade nacional e da FRELIMO,

Doutor Eduardo Chivambo Mondlane e instituído o dia do seu nascimento, 20 de Junho, como o Dia da Universidade Eduardo Mondlane.

Portanto, esta instituição, conta hoje com 60 anos da sua criação. Nesta instituição os cursos de Pós-graduação, que na classificação institucional, compreendem dois ciclos de formação (2º e 3º) “*conferem aos graduados o título académico de mestrado e doutorado, conforme o estatuído no Artigo 22 e 23 da Lei do ES*” (in: <https://www.uem.mz>).

Para o efeito, a instituição tem disponíveis 4 doutoramentos e 57 mestrados. Dada a diversidade de cursos de Pós-Graduação existentes nas diversas Faculdades que compõem a UEM, a nossa escolha recaiu sobre a Faculdade de Educação, motivada pelo potencial de relação com o tema que nos propomos a tratar, relacionado à educação nos níveis de PG de homens e mulheres tendo em conta a instituição social casamento.

- ii) Universidade A Politécnica – esta instituição de ES foi a primeira a ser criada com o carácter privado em Moçambique (Decreto nº 44/95, de 13 de Setembro) e pela Resolução nº 16/96, de 06 de Agosto, foi autorizado o início do seu funcionamento.

Nessa altura era designada de Instituto Superior Politécnico e Universitário e volvidos 12 anos da sua existência, em 2007, esta instituição possuiu a ser denominada Universidade Politécnica ou simplesmente *A Politécnica*.

Nesta Universidade, os níveis de Pós-graduação (mestrados e doutoramentos) são oferecidos pelo Instituto Superior de Altos Estudos e Negócios (ISAEN) que está sediado no campus principal que se localiza na Cidade de Maputo (in: <http://www.apolitecnica.ac.mz/>). E foi com esta instituição que todo o nosso contacto foi feito para o devido acesso ao campo de pesquisa nesta instituição.

8.2. *Estatísticas históricas sobre a frequência na Pós-Graduação nos cursos em referência*²²

A frequência de níveis de Pós-Graduação (PG) obedece a critérios estabelecidos pelas instituições de ES e assenta em requisitos que tanto homens como mulheres devem reunir para a sua admissão. Os regulamentos dos cursos de PG são os instrumentos normativos para o efeito, apoiados pela Lei nº 27/2009 de 29 de Setembro que versa sobre as condições para o funcionamento do ES em Moçambique.

As duas Universidades, fonte de dados para esta trabalho, apesar do seu percurso histórico diferenciado, detêm uma forte componente de ministração de cursos de PG. Para que tivéssemos uma base temporal similar, estabelecemos um universo temporal de cinco (5) anos para a análise dos dados referentes a este ponto da investigação.

Portanto, os dados das duas instituições referem-se ao período compreendido entre 2017 e 2022. E, estes são apresentados independentemente dos vazios temporais inerentes aos processos internos que determinam o lançamento dos cursos pelas instituições. Isto é, pode-se, por exemplo, ter dados sobre cursos de mestrado do ano 2020 de uma instituição e não ter da outra e vice-versa.

Outro aspecto que foi tido em conta na recolha dos dados para este ponto, foi que os mesmos referem-se aos cursos dos estudantes entrevistados nesta pesquisa, pois desta forma se estabelecerá um equilíbrio de 3 cursos de PG (2 mestrados e um doutoramento), evitando de alguma forma o desequilíbrio que a análise de todos os cursos ministrados nas instituições poderia trazer, dado que este número não é similar.

Assim sendo, temos para a FACED os dados dos mestrados em Educação e Educação Inclusiva e doutoramento em Educação e para o ISAEN os dados são referentes aos mestrados em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais e Gestão de Empresas e doutoramento em Estudos de Desenvolvimento.

Para percebermos como foi a frequência de homens e mulheres ao longo dos 5 anos nos cursos e instituições em análise, observemos as tabelas que se seguem:

²² Nas duas instituições de ES seleccionadas foi estabelecido um total de três (3) cursos, sendo dois (2) de mestrado e um (1) de doutoramento, conforme é explicado nos 3º e 4º parágrafos deste ponto.

Tabela 4: Número de homens e mulheres que frequentaram os cursos de PG em 5 anos na UEM

Cursos	Anos												
	2017		2018		2019		2020		2021		2022		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Mestrado em Educação Inclusiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	11
Mestrado em Educação	-	-	6	11	8	11	-	-	8	10	9	10	
Doutoramento em Educação	-	-	8	12	7	7	-	-	10	8	-	-	
Subtotal	-	-	14	23	15	18	-	-	18	18	15	21	
Total	H = 62						M = 80						

Fonte: Secretaria do UEM – 2023

Tabela 5: Número de homens e mulheres que frequentaram os cursos de PG em 5 anos na Politécnica

Cursos	Anos											
	2017		2018		2019		2020		2021		2022	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais	12	13	12	13	-	-	4	8	-	-	14	12
Mestrado em Gestão de Empresas	13	13	-	-	8	11	-	-	10	14	3	12
Doutoramento em Estudos em Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	14	5	13	3	-	-
Subtotal	25	26	12	13	8	11	18	13	23	17	17	24
Total	H = 103						M = 104					

Fonte: Secretaria do ISAEN – 2022

No período em análise, as duas instituições têm registo de mais mulheres do que homens, pese embora na Politécnica esta diferença seja irrisória, informação esta que consubstancia de certa forma o que a UNESCO (2019:3) diz “nos últimos anos, houve um aumento notável na entrada das mulheres no nível superior”.

Esta informação da UEM e da Politécnica surge como uma aparente contradição aos dados apresentados na tabelas 1 e 2 deste trabalho (págs. 22 e 23). Mas, lembramos que estes dados referem-se a apenas 3 cursos em cada uma das instituições analisadas. E, uma análise global, se calhar, poderia confirmar ou não os dados obtidos através do MCTESTP, e referentes a todas IES existentes no país.

Na UEM, por exemplo, exceptuando o ano de 2018 onde o registo foi igual tanto para mulheres como para homens, num total de 18 para cada sexo, sendo a diferença estabelecida nos níveis apresentados, com o doutoramento com menos mulheres, temos

ao longo de todos os anos sempre um número superior de mulheres quando comparado com o número de homens no total das frequências.

Enquanto na Politécnica temos em dois (2) anos consecutivos (2020 e 2021) o registo de menos mulheres comparadas com o total de homens. E, à semelhança do que aconteceu na UEM em 2021 no nível de doutoramento, vemos que na Politécnica e nos dois anos onde temos o registo de menos mulheres, este número também encontramos-lo no nível de doutoramento.

A descrição acima leva-nos a constatar que houve menos frequência de mulheres no nível de doutoramento nas duas Universidades, quando comparado com o número de homens que frequentaram o mesmo nível. A questão que nos colocamos foi: porquê esta redução do número de mulheres que frequentaram/frequentam o nível de doutoramento? O que está por detrás destes números? Desafios ligados a questões culturais foram relatados por uma das nossas entrevistadas, que está a frequentar o nível de doutoramento, ao afirmar o seguinte:

“Quer dizer, quando faço um intervenção, tenho que sempre argumentar, ir buscar argumentos para provar, mas os outros colegas, homens não precisam de fazer isso. Eu tenho sempre que passar por esse crivo, eu vejo, sinto isso, que principalmente por estar a estudar aspectos relacionados com o género né, então sinto que isto aqui é mesmo um problema cultural enraizado na cabeça das pessoas que transportam para as instituições porque eu não acho que academia, princípios, aquilo que está legislado, faça essa distinção. Somos nós as pessoas que estamos aqui dentro desta universidade que trazemos aquilo que são as nossas vivências e achamos que como mulher, quer fazer doutoramento pra quê? Nem dá aulas, mas é pra fazer o quê, não sei quê, não sei quê, ah...vamos priorizar, mas mulher? Depois as crianças em casa dela, o marido? Então, sabe? Tenho muita dor, muita dor.” (NC, Doutoranda, entrevistada a 05.10.2022)

O tratamento diferenciado dado a mulheres e homens no local de trabalho reportado por NC em relação ao entendimento que se tem e valor que se dá a uma mulher que queira ou frequente o nível de doutoramento pode ser uma das razões por detrás dos números que obtivemos das instituições.

De referir que esta entrevistada é funcionária de uma instituição de ES, tem uma bolsa atribuída pela instituição e no seu entender devia ter ou sentir este acolhimento por ter sido priorizada para continuar com o estudos por parte de toda a instituição. Mas o seu relato, mostra as dificuldades que enfrenta por ser mulher e estudante.

Outro aspecto que nos chama a atenção nestes dados está relacionado com o facto de na Politécnica termos os mestrados em áreas que para o mercado de trabalho se configuram como muito técnicas, e que num passado não muito distante eram áreas ligadas ao sexo masculino. Mas, os dados mostram o registo do número de mulheres maior do que de homens. O relato de uma das nossas entrevistadas atesta para esta situação no passado. Vejamos:

“Quando fiz ahammm o Instituto eu voltei para a minha terra que é Vilanculos né, Inhambane. Terminei em Agosto, era sim, naquela altura era sempre no meio do ano, Agosto eu volto para casa em Vilanculos na altura. Eu estou a falar por aí 2000, 99, 1999 era, eraaaa um distrito muito pequeno que hoje até é cidade e era difícil encontrar assim uma menina daquela idade, acho que tinha 20 anos, já não me lembro se a memória não me trai, com o curso de contabilidade, eu era uma contabilista. Eu cheguei tinha 2 propostas, 3 de emprego, eu concorri em duas empresas. Concorri na ADRA, uma empresa que estava lá, ONG alemã, e ENH aqui onde estou hoje. Concorri nelas 3 e passei em todas elas...” (AC, Mestranda, entrevista a 29.09.2022).

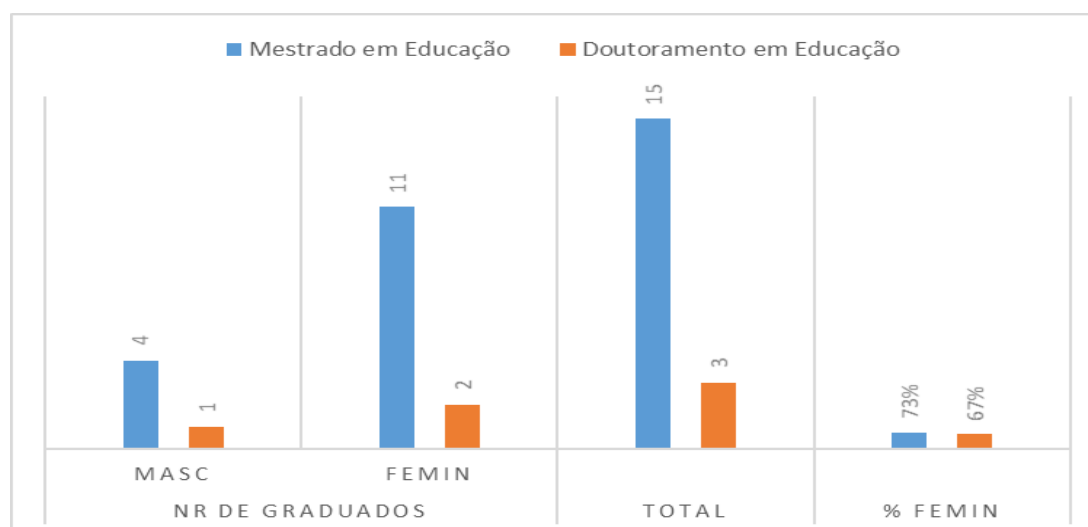
Uma pesquisa desde os níveis de formação básica destes cursos até aos superiores poderia dar-nos uma clareza sobre o que aconteceu e está a acontecer actualmente em termos de frequência de homens e mulheres.

Mas, por outro lado, tivemos acesso a dados que nos permitem analisar as taxas de sucesso escolar entre homens e mulheres nestes níveis. Para tal apoiamo-nos na noção de frequência escolar, que não se resume apenas na inscrição e assiduidade dos estudantes, pois a ela podem estar associados problemas pessoais do estudante e estes afectarem a vida académica e social dos mesmos (Diniz, 2020).

O sucesso escolar também dita o nível de frequência pois podemos a partir dele avaliar entre os ingressos e as graduações e verificar até que ponto de facto temos igualdade e equidade nos níveis em avaliação.

Os dados das 2 instituições de ES sobre o sucesso escolar mostram-nos que durante o período em análise (2017-2022) graduaram mais mulheres do que homens, sendo na UEM 11 mulheres nos mestrados contra 4 homens no mesmo nível e 2 mulheres nos Doutoramentos contra apenas 1 homem. O gráfico a seguir é representativo desta descrição:

Gráfico 1: Graduados nos níveis de Mestrado e Doutoramento no FACED (2017-2022)

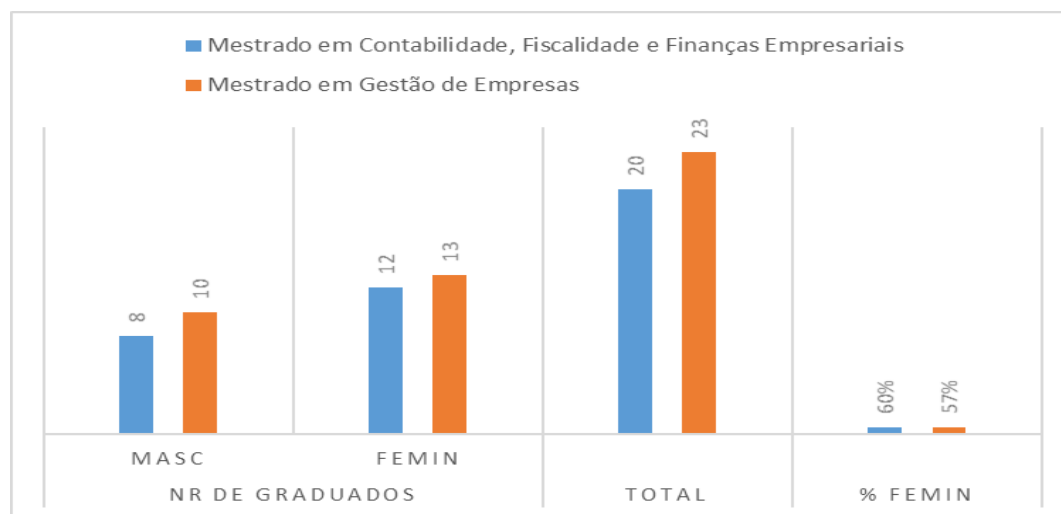


Fonte: FACED- UEM, 2023

Na FACED os dados não reflectem informação sobre o Mestrado em Educação Inclusiva, pois este curso iniciou em 2021 e à data da obtenção dos dados em análise²³, os estudantes ainda estavam em fase de culminação do mesmo.

²³ Estes dados só nos foram facultados no dia 13 de Abril de 2023, após o primeiro pedido feito no dia 24 de Novembro de 2022. De referir que fomos devidamente credenciados para realizar o trabalho de campo

Gráfico 2: Graduados nos níveis de Mestrado e Doutoramento na no ISAEN - Politécnica (2017-2022)



Fonte: ISAEN - A Politécnica, 2023

Para a Politécnica, os dados do Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento não estão reflectidos pois este curso, que iniciou em 2020, ainda está em curso, não tendo por isso graduados no período em análise.

Um dado não menos importante, mostra-nos que a diferença entre homens e mulheres no total de graduados é que nos mestrados a diferença é maior na UEM-FACED quando comparada com a Politécnica – ISAEN. Mas, em termos percentuais as duas Universidade registaram maior número de graduados do sexo feminino do que do sexo masculino.

Os dados acima, levam-nos a concluir que, apesar do registo obtido no Ministério que tutela o ES em Moçambique apresentado na Tabela 3 (pág. 24) referente aos novos ingressos por sexo, nas diversas áreas científicas, há mais homens do que mulheres, nas duas instituições de ES objectos de estudo desta pesquisa.

Mas, uma análise aos cursos seleccionados mostra-nos o contrário, com um número maior de mulheres a frequentarem os cursos (tabelas 4 e 5, pág. 26) e de igual modo estas a terem uma percentagem maior de sucesso escolar no período em análise.

nesta intuição de ES e autorizados pelo Director da FACED para o efeito, após a submissão da apresentação da pesquisa e respectiva carta de pedido de autorização em 14 de Setembro de 2022.

8.3. *Seleção das participantes e dos participantes*

Para a presente pesquisa, a seleção de participantes obedeceu a procedimentos diferenciados pela natureza de funcionamento, administração e gestão das duas instituições de ES seleccionadas para o efeito.

Na UEM, e pela multiplicidade de cursos de pós-graduação apresentados em diversas faculdades que compõem a instituição, a escolha foi primeiro pelo processo de eliminação, que consistiu em seleccionar faculdades que estejam a ministrar mestrados e doutoramentos durante o período no qual a pesquisa ocorreu²⁴. Foi desta forma que a Faculdade de Educação da UEM (FACED) foi a escolhida para fazer parte deste estudo.

O acesso inicial ao universo dos estudantes desta Faculdade foi através da adição aos três grupos de whatsapp correspondentes às duas turmas de mestrado e uma turma de doutoramento²⁵. Com a amostra foi feito o contacto individualizado com os estudantes na mesma plataforma, onde nos apresentámos através de um texto contendo o nome da pesquisadora, a instituição e o nível de ensino frequentado, a solicitação de entrevista e o título da pesquisa.

Enviamos primeiramente 5 anexos a este texto, a credencial passada pela Faculdade na qual estamos a frequentar o grau de mestrado (FLCS) e que credencia-nos para efeitos desta pesquisa, a Carta dirigida ao Director da Faculdade de Educação a solicitar a realização da pesquisa naquela instituição e a respectiva resposta, a carta de apresentação pessoal e da pesquisa e o resumo da pesquisa (vide os anexos, i), ii) iii), I e II).

²⁴ Parte desta pesquisa ocorreu entre os meses de Setembro e Outubro de 2022, período no qual tinha sido projectado que tivesse sido realizado e finalizado todo o trabalho de campo. Mas, a outra parte foi condicionada conforme foi explicado na nota de rodapé número 7.

²⁵ Depois da submissão da nossa Credencial à Secretaria da Faculdade de Educação, fomos encaminhados para o Gabinete do Director-adjunto para a Investigação e Extensão, o qual diante do Despacho emitido pelo Director da Faculdade, a autorizar a realização da pesquisa naquela Faculdade, adicionou-nos de imediato nos 3 grupos de whatsapp correspondentes às turmas existentes de mestrado (Mestrado em Educação e em Educação Inclusiva) e doutoramento (em Educação). Foi a partir das listas

Tabela 6: Número total de estudantes que aceitaram participar da entrevista na FACED

Género	Grau académico a frequentar		
	Mestrado	Doutoramento	Total
Mulheres	2	1	3
Homens	0	1	1
Total	2	2	4

Fonte: Lista elaborada com base nas respostas positivas recebidas por whatsapp aos estudantes selecionados e solicitados a participar na entrevista

Na Politécnica o procedimento foi diferenciado no início do processo. Após a apresentação da Credencial passada pela FLCS na Secretaria do ISAEN, o Gabinete da Área de Pós-Graduação enviou um e-mail aos estudantes dos dois níveis de formação (mestrado e doutoramento) informando-os da nossa solicitação para efectuar a pesquisa naquela instituição e entrevistar estudantes que reunissem os requisitos para o efeito (ser casada/o e frequentar um destes níveis).

No mesmo texto foi solicitado aos interessados que enviassem a resposta pela mesma via ao mesmo destinatário para que o Gabinete da Área de Pós-Graduação nos fizesse chegar as respostas²⁶. Posto isto, seguimos a mesma metodologia para a amostragem probabilística aleatória simples, apesar da limitação em relação ao número de doutorandos que se disponibilizaram para participarem nas entrevistas para esta pesquisa.

Tabela 7: Número total de estudantes que aceitaram participar da entrevista no ISAEN

Género	Grau académico a frequentar		
	Mestrado	Doutoramento	Total
Mulheres	3	1	4
Homens	1	1	2
Total	4	2	6

Fonte: Emails dos estudantes que aceitaram participar na entrevista para a pesquisa

dos estudantes que compõem estes grupos que fizemos a selecção usando o método de amostragem probabilística aleatória simples.

²⁶ As respostas foram a posterior impressas no formato do e-mail, conforme chegaram ao Gabinete da Área de Pós-Graduação, e para o levantamento fomos contactados telefonicamente pelo responsável do Gabinete, senhor Félix Anibal, para nos dirigirmos à Secretaria do ISAEN.

À amostragem apresentada acima foi adicionada uma amostra composta por homens e mulheres que fizeram o percurso do Ensino Superior nos últimos 10 anos, no total de 9 Mestres e/ou Doutores e escolhidos com base na lista de contactos profissionais da pesquisadora, sendo:

Tabela 8: Número total Mestres e Mestrandos e Doutores formados nos últimos 10 anos e que participaram da pesquisa

Género	Grau académico		
	Mestrado	Doutoramento	Total
Mulheres	2	2	4
Homens	3	2	5
Total	5	4	9

Fonte: Lista de contactos pessoais da pesquisadora, contatos efectuados e respondidos positivamente.

Portanto, foram ao todo entrevistados 19 participantes com recurso a modalidade híbrida, isto é, de modo presencial e virtual conforme a tabela a seguir:

Tabela 9: Número de participantes entrevistados de acordo com a modalidade

Género	Modalidade		
	Presencial	Virtual	Total
Mulheres	7	4	11
Homens	6	2	8
Total	13	6	19

Fonte: Base de dados das entrevistas

Para a modalidade virtual, questões de agenda (2 dos entrevistados só puderam aceder às entrevistas depois das 19 horas e uma à hora do almoço) e distância dos entrevistados estiveram na pauta para esta escolha (estes estão na Cidade da Beira,- província de Sofala, Cidade de Nampula – província de Nampula e Cidade de Leiria em Portugal).

8.4. Perfil social das pessoas entrevistadas

Os 19 entrevistados para esta pesquisa, dos quais 11 são mulheres, correspondente a 58%, e 8 são homens (o equivalente a 42%), têm idades compreendida entre os 31 e 58 anos.

Em termos de estado civil, e de acordo com a Lei da Família, todos são casados sendo que 15 casaram-se em conformidade com o Artigo 16 e os restantes 4 enquadram-se no Artigo 77 da Lei de Família em vigor na República de Moçambique. Isto é, 4 dos nossos entrevistados vivem “maritalmente” ou em uniões de facto.

No entanto, 5 dos que afirmaram estar casados e que se enquadram no artigo 16 da Lei da Família, viveram numa primeira fase em uniões de facto por períodos que variam de 3 a 20 anos, em sistema de conjugalidade conforme afirmou Pires (2008).

Em termos de formação académica actual, são mestrandos e doutorandos da Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Educação, cursos de Educação e Educação Inclusiva e da Universidade Politécnica, na Escola de Altos Estudos Superiores, cursos de Contabilidade, Auditoria e Fiscalidade e Gestão.

9. Limitações do Estudo

O trabalho teve como principal limitação a não representatividade em relação à extensão territorial do país, por insuficiência de fundos e de tempo para uma pesquisa que para além do carácter qualitativo também tivesse uma base quantitativa representativa para abranger pelo menos as três zonas geográficas de Moçambique (sul, centro e norte).

Como forma de conceber robustez aos dados qualitativos, e com base no questionário base, pré-testado, o universo de entrevistados devia ter sido seleccionado com base nas listas de candidatura e inscrição dos cursos de mestrado e doutoramento nas duas Universidades seleccionadas.

O universo proposto era de 08 estudantes, sendo 04 estudantes para cada nível de formação, discriminados da seguinte forma:

- 2 estudantes de mestrado do sexo feminino (1 para cada Universidade);
- 2 estudantes de mestrado do sexo masculino (1 para cada Universidade);
- 2 estudantes de doutoramento do sexo feminino (1 para cada Universidade; e
- 2 estudantes de doutoramento do sexo masculino (1 para cada Universidade).

Estes seriam apurados por via de uma amostragem não probabilística, e obedecendo ao critério de “bola de neve”. Mas, os procedimentos técnico-administrativos e de gestão conduziram-nos aos processos descritos no ponto 7.2. desta pesquisa e que nos colocou limitações em termos do acesso ao universo inicialmente proposto, associado ao facto de a participação nas entrevistas estar vinculada ao carácter de voluntariado por parte dos estudantes dos dois níveis de pós-graduação. Esta situação conduziu-nos a não termos a representação equitativa em termos de sexo como nos havíamos proposto no desenho desta pesquisa.

Outra limitação, não menos importante que a primeira, esteve relacionada com o acesso aos dados referentes aos estudantes que ingressaram e graduaram nos cursos para os quais tivemos como foco de pesquisa nas 2 instituições seleccionadas, pese embora nos tenhamos apresentado credenciadas e tenhamos tido aval das instituições para fazer o trabalho de campo para esta pesquisa.

As primeiras solicitações por escrito (email e whatsapp) feitas aos contactos que nos foram indicados para o trabalho de campo foram em Novembro de 2022. Foram 6 meses de imensa insistência que num dos casos culminou com a solicitação do apoio da supervisora deste trabalho e de um docente para que por meio destes pudéssemos ter acesso à informação necessária.

Na Politécnica, os dados foram-nos enviados no dia 23 de Março de 2023 e na UEM tivemos acesso a estes dados específicos no dia 13 de Abril de 2023, conforme os anexos VI, VII e VIII deste trabalho.

Este entrave resultou no acesso limitado aos dados e à informação o que condicionou em parte o aprofundamento da análise que poderíamos fazer no ponto 7.2 deste trabalho, conforme mostramos anteriormente. Para além disso, todos os transtornos

implicaram numa paragem no processo de escrita deste trabalho por um período de aproximadamente 4 meses.

10. Resultados e discussão

10.1. (Re)Definindo o casamento no contexto moçambicano

O casamento carece de arranjos ou acordos para a “união ser aprovada pela sociedade com referência especial ao relacionamento institucionalizado de marido e mulher, incluindo as cerimónias que servem para estabelecer tais relacionamentos” (Chiquele, 2009:10).

“Sou casado faz mais ou menos 20 anos. Nós começamos a viver juntos em 2002, mas do ponto de vista formal, do Código Civil, casámos em 2008, 6 anos depois. Mas a convivência remonta a 2002, por isso eu digo sou casado há 20 anos e não tomo como referência quando fomos assinar papéis, tomo como referência quando começamos a comungar cama e mesa. Então casamento pra mim é isso, que 2 pessoas formalmente entendem-se e as famílias de ambos assumem que eles têm uma relação e vivem juntos. Agora há questões de formalidade quer do ponto de vista tradicional porque há o lobolo e do ponto de vista civil que há o acto em si de casamento...” (DN, Mestrando, entrevista a 28.9.22)

Para o nosso entrevistado, tanto o acordo entre ele e a esposa em primeira instância, e depois entre as famílias foi importante para a aprovação social do relacionamento. Para tal seguiram-se as devidas cerimónias (*lobolo* e casamento civil) que estabeleceram este relacionamento.

De notar que a realização de 2 tipos de casamento, ou mais, apesar do reconhecimento que a lei dá a cada um deles desde que reunidos os requisitos para tal, não é mera coincidência. 67% dos nossos entrevistados realizaram 2 ou os 3 tipos de casamento previstos por Lei. E, esta disposição assenta na história e valor que se foi dando às cerimónias para o reconhecimento e estabelecimento deste tipo de relações.

Em Moçambique, a colonização trouxe consigo a ideia do *lobolo* como uma instituição retrógrada e a ideia da “compra do casamento” trazida por Junod (1974) foi igualmente replicada numa versão doméstica pela FRELIMO após a conquista da independência.

Este decurso histórico sobre o *lobolo* muitas vezes não deixa antever o carácter simbólico e espiritual relacionado a este tipo de casamento e que existe igualmente no casamento religioso sob outra égide, que aliás, são reconhecidas pelo entrevistado mencionado acima.

A desvalorização histórica e social que foi sofrendo o *lobolo*, ao se assumir primeiro por parte dos colonizadores portugueses que os moçambicanos eram moralmente inferiores daí a necessidade de extinção das suas práticas tradicionais e ensinar-lhes a ser humanos à luz de Deus, e segundo a assumpção de prática supersticiosa e obscurantista sobre a qual não havia bases para a criação do “homem novo”, levou a que este tipo de casamento não fosse reconhecido, apesar de continuar a ser praticado.

Segundo Fernandes (2020:65), “para os representantes da FRELIMO, o casamento não deveria atravessar nenhum tipo de religiosidade, apenas o civil nesse caso é incentivado”. De notar que aqui se faz menção ao não cumprimento de nenhum tipo de religiosidade, no entanto o combate era apenas em relação à instituição tradicional, através da restrição imposta à prática do “*lobolo*”, e não às instituições religiosas de origem ocidental (igrejas cristãs e protestantes) e do islamismo, presente no continente africano desde o século VII.

Este posicionamento trouxe consigo o cenário no qual temos hoje a realização das cerimónias da celebração dos 3 tipos de casamento reconhecidos por Lei por um único casal como afirma FAM, pois o aparente desconhecimento do preconizado pela Lei associado aos factos históricos previamente relatados leva à concepção de que a pessoa só está casada quando cumpre com 2 ou as 3 cerimónias que legitimam o casamento.

“Eu estou numa união de facto. Normalmente a gente diz que está casada quando temos papel assinado, fomos ao Registo e à famosa Igreja. Por isso disse que estou a viver numa união de facto. Principalmente por causa desse lado formal.” (FAM, Mestranda, entrevista a 06.10.2022)

A colocação da FAM mostra como é percebida a legitimação do casamento a mercê das cerimónias a elas relacionadas. O estar numa união de facto, apesar do reconhecimento legal atribuído por Lei, no senso comum não é atribuído ao casal o estatuto de casado(a).

Há necessidade de ter satisfeitos os procedimentos requeridos pelo casamento civil e/ou religiosos para que socialmente tanto o casal se sinta bem como a sociedade lhes atribua o estatuto de casado(a).

A ideia do casamento como uma forma de união entre primeiro um homem e uma mulher e, por via disso, união de famílias, também é comungada por LS, que afirma que:

“O casamento na verdade acho que é a materialização do desejo de duas pessoas, de duas famílias, de se unirem e criarem condições para si e para seus filhos. Matrimónio é isso, casamento é isso, duas pessoas que se unem por amor, claro, no princípio tem que ser por amor. Mas há pessoas que se unem por outros motivos que a gente não sabe. Mas, em princípio tem que ser uma união de duas pessoas de sexos diferentes, homem e uma mulher, ahhh que se unem para formar família e dar continuidade a esse amor e também com o objectivo de unir ambas famílias. Porque quando voce se casa a impressão é de que você está a casar, na minha opinião, a ideia de que você casou com seu parceiro e com mais ninguém não passa pela minha cabeça. Minha ideia de casamento é casei com ele sim, com a pessoa com a qual vivo, mas com ele vem uma bagagem, vem uma família, eu acho que faz parte. Então, essa união é de duas pessoas mas acaba tendo como consequência a união de duas famílias.. a Família dele e a minha família acabam se tornando uma família também”.
(LS, Doutorada, entrevista a 17.10.2022)

Mas, esta questão de, primeiro, união de duas pessoas e, segundo, união de duas famílias não é vista desta forma por todos os entrevistados. O trecho retirado de uma das nossas entrevistas demonstra este facto:

“Eu achava que estava a conquistar a própria minha liberdade. Visto que estava a sair da casa dos meus pais. Então eu achava que ia ser dona da mim (gargalhadas)... Acho que descobri que em casa dos meus pais eu tinha pessoas a quem eu deveria respeitar, pessoas que eram dona ou dono da casa a quem devia obedecer e estando casada só muda de figura, tu passas a ter um marido que tens que respeitar, é uma figura que apesar de ser amigo tem ali uma figura que dirige, então, só posso ser chefe na ausência dele.” (AL, Mestranda, entrevista a 06.10.2022).

Para esta entrevistada, coloca-se a questão do poder quando se fala de casamento. Poder para decidir, para fazer, para ser e estar. Poder aqui visto na perspectiva de Silva (2001) cuja definição remete para o poder social, que “não é algo ou uma coisa que se possui” (Silva, 2001:127) e que dentro das relações sociais o poder “se estabelece entre indivíduos ou grupo sociais” (Silva, 2001:127).

A conquista da “liberdade” através do casamento foi assumida como uma forma de poder de autonomia sobre a própria vida pela entrevistada, na medida em que, segundo o seu entendimento, na casa dos pais a sua posição era de subordinada/submissa.

No entanto, na vigência do casamento, que também faz parte das relações sociais que se estabelecem socialmente, percebeu que a sua posição de subordinada/submissa na escala das relações de poder manteve-se, conforme declarou.

Ora, a pertença à etnia ronga coloca esta entrevistada num sistema social onde “... A identidade étnica é, frequentemente, utilizada como fenómeno agregador, para criar e reforçar pertenças, definir lealdades e formas de poder” (Serra, 1991, p.196). O sentido de pertença é legitimado também pelo “lobolo” pois, através dele a mulher passa a pertencer à família do marido e o simbolismo por detrás dele inclui a submissão desta mulher ao marido assente no sistema de patriarcado²⁷ nesta etnia.

²⁷ Entendemos o sistema de patriarcado como aquele que “coloca, no centro da discussão, o poder do homem sobre a mulher” (Azevedo, 2016, p 14), por outras palavras “nos sistemas patriarcais, as mulheres estão em patamar de desigualdade tendo uma série de obrigações em relação aos homens, tais como manter relações conjugais” (Azevedo, 2016, p.15). Este posicionamento encontra base na contribuição que o debate feminista trouxe em relação a este conceito.

O conceito casamento inclui também a ideia da partilha, segundo parte dos nossos entrevistados:

“Casamento pra mim sempre foi vivência, partilha de tecto, partilha de ideias, partilha de projectos, partilha de mantimentos, sonhos, e é isto o casamento.” (FC, Prof. Doutor, entrevista a 13.10.2022).

“Olha é bom casar, é bom casar, é bom ter uma família, aí você partilha problemas, aí é muito bom casar...” (AC, Mestranda, entrevista a 20.09.2022).

O nível de partilha que nos é apresentado por estes dois entrevistados, está além do que juridicamente o casamento civil estipula, por exemplo. Este tipo de casamento detém 3 regimes de partilha e neles refere-se exclusivamente aos bens materiais adquiridos antes ou durante a vigência da casamento²⁸.

A percepção dos entrevistados é que a partilha abarca áreas que vão desde o emocional, sentimental e económico, pois quando se partilha mantimentos a ideia de 2 mantimentos deixa de existir e configura-se em um que é dividido por dois, como podemos constatar na alocação do entrevistado abaixo:

“Casamento entendia como a extensão do namoro, uma extensão que significava juntar os trapos para, primeiro, é interessante, economizar os custos, porque os recursos deixavam de ser dispersos e passavam a ser centralizados, então, o mesmo prato que eu pudesse comer na minha casa, ela também poderia comer...” (FM, Mestre, entrevisto a 17.10.2022)

Como podemos constatar a questão da partilha envolve vários aspectos relacionados com o dia-a-dia dos envolvidos nestas relações. E, Batalha afirmou que “o casamento é, antes de mais, uma forma de resolver problemas práticos do dia-a-dia” (Batalha, 2005:145).

²⁸ Importa referir primeiro que o regime de bens, como é comumente dito em termos jurídicos, é uma definição de natureza legal sobre a disposição dos bens do casal., isto é, é um acordo definido entre os cônjuges a respeito do que acontece com os bens ou o que acontecerá com os bens a partir da celebração

E, esta partilha quando é vista e assumida pelos cônjuges no casamento cria um espaço de relações “mais ou menos equilibradas” onde a mulher e o homem partilham dos cuidados da casa e dos filhos entre outras responsabilidades (Goldenberg (2001), como testifica a entrevistada a seguir:

“O meu parceiro comunga as mesmas ideias e sempre nos incentivamos, ele me incentiva assim como eu lhe incentivo e quando eu decidi fazer o doutoramento, ele me apoiou, apesar de eu estar a sair para fazer o doutoramento fora levando as crianças, ele me apoiou e fui. E, quando eu começo a fazer o doutoramento, eu insisto para ele fazer o doutoramento também porque eu fui fazer o doutoramento antes de ele começar a fazer o mesmo nível...” (EN, Doutorada, entrevista a 17.10.2022).

De notar que EN levou as crianças consigo quando as poderia ter deixado com o seu parceiro para continuar a estudar, conforme explicou:

No primeiro ano estive só com a mais nova, que tinha dois anos na altura, e as duas mais velhas ficaram com a pai e a gestão foi essa. Família repartida com três em Moçambique e duas no Brasil. Mas, aí veio a parte emocional. Mãe quer ficar sempre com as filhas, apesar de saber que o pai estava ali. Parece que há algo, mesmo quando se é feminista, parece que há algo, qualquer coisa de maternal que me fazia acreditar que tudo que eu queria era estar com as minhas filhas. E meu marido dizia, mas elas estão bem aqui. É melhor ficar com a mais nova porque vocês ainda estão a se adaptar aí... Eu nunca quis separar as meninas. Eu queria que pelo menos até atingirem a maioridade estivessem sempre juntas e depois de atingirem a maioridade cada uma iria seguir seu caminho. Só que, fui insistindo, e como estávamos a procura de uma bolsa para ele fazer o doutoramento também, em 2015 conseguimos uma bolsa na Holanda. A coisa mudou de figura, porque ele tinha que ir pra Holanda e a bolsa dele era diferente da minha. Era uma bolsa que tinha que circular entre a Holanda e África de Sul...então, acabámos decidindo que as duas meninas se fossem juntas a mim e a pequena e ficávamos todas juntas e fazíamos essa

do casamento. Para o caso de Moçambique existem 3 disposições de regimes quando se trata do casamento civil, que são a partilha total de bens, a partilha de bens adquiridos e a separação total de bens.

gestão juntos, ele na Holanda ou África do Sul e eu no Brasil, porque nós estávamos num ponto fixo. Mas, não foi fácil. Muitas vezes precisei do apoio do parceiro e ele estava distante, era preciso que estivesse presente. (EN, Doutorada, entrevista a 17.10.2022).

Na mesma situação estive a NN, pois numa situação em que os dois pretendiam fazer a formação fora de Moçambique, na primeira oportunidade que tiveram para concorrer a uma bolsa de estudos, teve a cedência do seu marido para que se candidatasse primeiro e de seguida ele também se candidatou.

Mas, após a admissão dos dois para fazer a formação no mesmo país, 2 anos depois do início da formação, com uma gravidez e mais tarde uma criança recém-nascida o cenário de consenso mudou de tal forma que ela afirmou o seguinte:

“Decidimos nós os dois voltar para eu ter o bebé em Moçambique para que pudesse ter apoio. Depois do bebé nascer comecei a ver a minha vida. Como é que voltava com bebé pequeno, porque ele já não voltava...Vamos lá sentar à mesa negociar isto...Ele: tu é que sabes. Já não há negócio. Eu: o que queres dizer com tu é que sabes. Se eu vou com a menina, aonde é que vou deixar e com quem vou deixar esta menina? No berçário? Vai ser difícil pra mim. Ir à faculdade, não sei como vai ser. Ele: eu fico com o Gonçalo aqui. Tu, vais com a miúda, vais com ela. Vais ver como é isto de tomar decisões de estudar e ser mãe e ser esposa não só. Ter mais um filho aqui. Ok, eu fui, a menina só tinha um mês. Eu fui com menina de um mês num país gelado, num país que não tinha ninguém...” (NN, Doutora, entrevista em 13.10.2022)

A responsabilidade do cuidado com a família parece não ter entrado no rol das decisões sobre a partilha e trouxe consigo todas as consequências que iremos abordar no subcapítulo seguinte.

O que fica patente é que a relação mulher e o cuidado com a família e a vida doméstica são trazidos pelas entrevistadas e consubstancia-se no facto de que se atribui às mulheres características como a abnegação, conformismo e resignação feliz, assentes

indescritivelmente no desejo de um casamento e uma boa constituição familiar (MOLINA, 2011).

A locução de EN ao se referir a algo “maternal”, a necessidade de estar com todas as filhas, mesmo tendo parte delas sob a responsabilidade do pai e o desejo de manter as filhas juntas até à maioridade são elucidativos do que Molina (2011) afirmou.

NN sustentou ainda:

Nós fizemos um pacto quando casamos. Casamento é um compromisso, fidelidade. Eu até hoje não incentivo as pessoas que estão casadas a irem formar-se fora, não incentivo porque ainda que estivesse cá, basta que tu te dediques a questão da formação, tu não vais conseguir. Porque parece que a mulher foi criada para atender assuntos do lar, não pode ver outra coisa. Assim que ela se dedica a outra coisa, isto torna-se problemático e cria um conflito nesta questão de lar, família. (NN, Doutora, entrevista em 13.10.2022)

NN, com um posicionamento divergente ao de EN, e com a experiência pela qual passou, posiciona-se desfavoravelmente quanto a uma mulher escolher continuar a formação académica sendo casada, o que também assenta na afirmação feita por Molina (2011)

O equilíbrio por nós tido como sendo equitativo, na medida em que há partilha de ideias, foi de certa forma posto em causa. Nos dois casos acima referidos não houve partilha total de responsabilidades com o cuidado dos filhos, pois a entrevistada EN ao iniciar o seu doutoramento o seu parceiro não estava ainda a estudar, pelo que podemos considerar que demandava mais tempo para esta responsabilidade (sobre a questão da gestão do tempo nos debruçaremos no subcapítulo a seguir) e o marido da NN parecia pretender lembrá-la do seu papel e responsabilidades sociais como mulher casada.

E, para mostrar como a partilha equitativa contribui para o equilíbrio na relação de casamento, LS diz o seguinte:

“Eu sou um pouco conservadora mas também um pouco moderna. Eu parto do princípio de que num casamento não é que o homem é que manda, não é por aí.

Eu acho que nós temos que deixar claramente visível o que é que se espera de cada um, quais são as obrigações de cada um. Parto do princípio de que se nós sentarmos e conversarmos logo no início o que cada um deve fazer, não podemos depois discutir porque tu não estás a fazer a tua parte, Então,ahhhh...tudo num casamento na minha opinião, aquilo que nós fazemos nós discutimos em conjunto, ah, em relação às despesas, em relação à educação dos nossos filhos, em relação a minha própria educação, em relação à educação dele, em relação a possíveis sobrinhos, como dizemos que com o casamento vem responsabilidades não só com os filhos, mas também sobrinhos e outros familiares, nós discutimos, debatemos como vamos então, é tudo consensual. Não é ele que decide nem eu que decido, nós decidimos em conjunto depois de debatermos.” (LS, Doutorada, entrevista a 17.10.2022)

Na perspectiva trazida por LS, casamento para além de partilha, é também diálogo para que a relação registe o equilíbrio que pode se traduzir na equidade dentro da mesma. Portanto, como pudemos verificar, o casamento é percebido, para além da visão ocidental de união entre um homem e uma mulher, (fruto da própria história como nos referimos no ponto 6.1 deste trabalho e, na maioria das vezes, união esta entendida como sendo com o intuito de formar uma família), com base nas vivências e saberes locais²⁹ de cada um dos nossos entrevistados como integrando processos de união de famílias, relações de poder partilha não equitativa e também equitativa de vários aspectos do dia-a-dia.

10.2. Implicações do casamento sobre a continuidade do ES

O desfasamento entre a teoria (conceitos pré-estabelecidos) e a realidade com que cada sujeito, homem ou mulher, deve encarar e viver no dia-a-dia de casado(a) é visível tomando como base os nossos entrevistados.

A instituição social casamento ainda é a principal forma de organização social e ela dita muitos comportamentos sociais dos indivíduos, bem como oportunidades e acesso à educação e saúde, por exemplo.

²⁹ Boaventura de Sousa Santos (2006) faz menção ao facto do modelo de interpretação do mundo ser baseado nos saberes/conhecimentos do norte e que muitas vezes é insustentável para explicar realidades do Sul. A definição ocidental de casamento foi trazida ao pé da letra para a Lei sem que se tivesse em conta outros aspectos como por exemplo, a partilha que só é vista em termos de bens materiais.

Aos papéis socialmente construídos para homens e mulheres, incluem-se comportamentos, actividades e atributos que determinada sociedade considera apropriados para homens e mulheres (Banco Mundial 2012). Ora vejamos:

“Jogo o casamento e jogo a vida académica. Não é fácil. Sabes, quando tu começas a escrever tu tens que ir até ao fim. Eu vivo aqui perto e às vezes eu fico aqui até às 15:45, a gente sai às 15:30, e eu vou até ao último minuto que é para aproveitar. E quanto chega as 15:45 "teu pai" (aqui refere-se ao marido dela) liga como foi na semana passada e diz: mãe (agora sou mãe, antes era princesinha) vais dormir aí? E eu, aí aonde? Na IEDA? É porque tu nunca mais vens? Aí é? Olho para o relógio e vejo que já passa da hora então digo: está bem pai, deixa-me só fechar uma coisa aqui e já venho. Vai comendo, vai tomando a sopa. E ele diz não vou comer. E ele é assim, ele fica à espera, não come. E já toca aquele sino da responsabilidade do casamento. O que eu faço? Arrumo tudo e vou pra lá. ... É difícil, é difícil sim.” (BM, Doutoranda, entrevista a 07.10.2022)

BM tem consciência do que se espera dela como mulher e casada. O “sino” a que se refere é a consciência dela que “a chama à razão”³⁰ tendo em conta a conduta que ela deve assumir na qualidade de mulher e casada.

Aliás, sobre este aspecto de conduta expectável socialmente, outra entrevistada apresentou a diferença entre uma mulher casada e outra não casada em termos comportamentais e de responsabilidade, afirmando que:

“A mulher solteira está tão livre, por isso nessa questão uma mulher livre é livre. Estou a falar mesmo na turma somos nós as duas diferentes. Se há uma saída com colegas, a mulher casada ou eu tenho que me comportar como tal. Tenho que mandar mensagem para meu marido antes de sair ou aceitar sair: é

³⁰ Na nossa consulta ao Dicionário Online Priberam de Português encontramos que RAZÃO significa “Comportamento ou pensamento que se considera justo, legítimo ou correcto. = LEGITIMIDADE” e que “CHAMAR À RAZÃO é “alertar alguém para a falta de bom senso ou de correcção”. Tendo em conta o processo de socialização que estabelece os papéis que homens e mulheres devem adoptar dentro da estrutura social, na qual o casamento faz parte, todo e qualquer comportamento que não esteja em conformidade com o expectável socialmente, encontra na nossa mente uma barreira de realização pelo facto de a socialização nos formatar mentalmente para agirmos de acordo com as normas sociais impostas.

que aqui surgiu um programa e me convidaram, o que tu achas? Em termos de comportamento mesmo meu marido aceitar ou não, a questão ser casada aqui é questão de responsabilidade, você não decide por si, são poucas coisas que você pode fazer sem falar com a outra parte, é a parte da partilha. Pra homem também não é porque o amigo convidou pra uns copos está a ir. Aquilo que falou Mister Cuca “ah hewena você não vou te convidar mais” é verdade. Não é por que ele tem amigos que a pessoa tem que sair assim, tem que falar com sua esposa. Nós também não é porque vamos dizer não vai toda hora, não é assim, mas tem que ter respeito. É o casamento este aqui, é o marido ligar pra esposa dizer meu amigo me convidou para ir pra sítio X. Já o solteiro não depende de ninguém, não tem que despedir ninguém, até a mãe despede só para não ficar preocupada...” (AC, Mestranda, entrevista a 29.09.2022).

Apesar da Agenda 2030, Objectivo 4.5³¹, existem diversos factores que contribuem para as desigualdades de género no acesso à educação, como a situação socioeconómica das famílias e as condições que as escolas proporcionam para as raparigas (Bagnol et al., 2015), e quiçá, para as mulheres também.

A Educação como mencionou Bagnol (2015) não é tida como prioridade na e para a vida das mulheres. E na condição de casada, como ilustrado anteriormente pela entrevistada AC, o factor tempo para se dedicar aos estudos, e que é crucial, é ainda mais problemático, por causa do entendimento social que se tem sobre o que se considera serem responsabilidades desta mulher dentro da relação de casamento, criando desigualdades que irão até às oportunidades de acesso ao ensino superior entre homens e mulheres.

A gestão do tempo entre as responsabilidades inerentes à esfera doméstica e a académica, muitas vezes esta última associada também à profissional, mostrou-se como um dos indicadores que coloca desafios e dificuldades às mulheres. Mas, os homens

³¹O ponto 4.5 da Agenda 2030 é um subponto do Objectivo 4 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que preveem que até 2030 esteja assegurada a educação equitativa e de qualidade, e estejam promovidas as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. No subponto ao qual nos referimos, preconiza-se “eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade” (ODS 4.5).

também mostram ressentir-se desta dificuldade de gestão de tempo quando aliam às suas responsabilidades como casados e profissionais à educação. Vejamos o que diz DN:

“A gestão familiar foi o maior obstáculo. E empregador tem a cultura de enviar as pessoas para a formação no estrangeiro. Mas dado o estágio em que está actualmente a minha família eu não aceitei ir estudar no estrangeiro. A minha família está num contexto complicado, tenho 2/3 crianças que estão a entrar na adolescência e seria um compromisso muito pesado para minha esposa ficar, nessa fase da adolescência, 2 anos com as crianças sozinha. Então isso pesou muito a minha decisão de não ir fazer a formação fora.” (DN, Mestrando, entrevista a 28.9.22)

A decisão deste entrevistado teve em conta o tempo que ficaria ausente “presencialmente” das responsabilidades socialmente atribuídas a ele como marido e pai. Para ele, e tendo em conta o contexto familiar por si descrito, 2 anos a estudar fora seria muito tempo. O mesmo posicionamento teve AC:

“...houve momentos, não foi um, foram vários, que eu fui confrotado no sentido positivo para fazer a pós-graduação fora do país, propostas de ter bolsas por exemplo na Universidade de Coimbra, ...mas eu tive sempre a mesma resposta: eu não tenho moral para ir ao exterior fazer a formação e as minhas filhas e minha esposa ficarem assim sem o meu acompanhamento...” (AC, Mestrando, entrevista a 14.10.2022)

A decisão de abdicar da formação no exterior, no nosso universo, encontrámo-la somente em entrevistados do sexo masculino, pois nas nossas entrevistadas que tiveram as mesmas oportunidades de ir estudar no exterior, apesar dos desafios que nos reportaram não tiveram o mesmo posicionamento como podemos constatar por exemplo com NN:

“Não foi fácil porque eu não tinha ainda ideia do que é isso de estar casada e depois separar. Porque na verdade há uma separação e casamento eu acho que não combina com isto, parece-me não combina. O que acontece na verdade

para eu ir formar-me? Quando eu dizia antes que a questão do compromisso é importante, é exatamente o facto de antes de eu ir a minha formação eu ter conversado com o meu parceiro, a sorte é que o meu parceiro é também da área da academia e todos nós queríamos fazer a nossa formação. A primeira oportunidade que ele cedeu, olha esta questão da cedência. Preferiu que fosse eu a candidatar-me naquela altura para fazer a formação fora. Eu não estou a falar de mestrado, estou a falar de doutoramento que é depois de muitos anos de casada...” (NN, Doutora, entrevista a 13.10.2022)

Para NN o primeiro desafio foi a separação e depois seguiram-se outros desafios como o desequilíbrio na relação de casada por causa da desconfiança, esta resultante da distância intercontinental entre ela e o marido, e foco nos estudos como ilustra com a seguinte declaração:

“...meu marido perseguia-me por todo lado, nos e-mails, nos telemóveis, ele conseguia às vezes apanhar uma conversa que tive com alguém...basta que tu te dediques à questão da formação para isto, se não souberes fazer o equilíbrio então tu não vais conseguir...quando se está focado, quando a mulher está focada a um assunto isto cria problema numa relação, na instituição familiar porque a mulher parece que foi criada para atender assuntos do lar, ela não pode ver outra coisa senão assuntos do lar. Assim que a mulher se dedica a um outro ponto isto torna-se problemático e cria um conflito nesta questão de lar, família. É que todos vão ver assim, assim. Não é só seu marido nem familiares do seu marido até os teus próprios familiares. A minha mãe, o meu pai, todos iam contra mim...esquece escola minha filha, até podes deixar, lar minha filha, lar isto é que é importante na tua vida, ahã. Então os problemas são vários, é a nível social, emocional. Minha emoção ficou muitas vezes afectada, não conseguindo nem progredir na minha questão da carreira académica e nem aqui na social, eu não conseguia” (NN, Doutora, entrevista a 13.10.2022)

Mas, a questão da gestão do tempo de modo a conciliar às responsabilidades inerentes ao estatuto de casado(a) e académicas é de tal forma profunda que um dos nossos entrevistados afirmou o seguinte:

“...se eu tivesse que voltar tudo pra trás e começar tudo de novo indubitavelmente que não optasse por fazer a formação, parar, casar, depois continuar a formar-me porque a condição de estudante de Pós-Graduação, éeeeeee chefe de família e trabalhador impõe-me inúmeros desafios não é, que me levam a ter que me reinventar permanentemente. Porque fica um bocado difícil realmente éeeeeeee tu tens obrigações na tua natureza estudantil mas também tens desafios sociais...” (JM, Mestre e Doutorando, entrevista a 11.10.2022)

Pela locução de JM, podemos fazer duas leituras em relação à questão gestão de tempo. Ou ele teria feito a formação sem interromper e no fim da Pós-Graduação se casaria ou ele teria se casado ou não teria optado por fazer a Pós-Graduação. O sentimento partilhado por JM sobre a gestão de tempo é também partilhado por AC, e nesta entrevistada denota-se uma espécie de arrependimento por causa desta difícil tarefa de gerir o tempo de modo a conciliar as responsabilidades. Ora vejamos:

“Sabes, há vezes que às vezes eu digo por que é que eu me inscrevi (risos), por quê?” (AC, Mestranda, entrevista a 29.09.2022)

Estes desafios e dificuldades relacionados com a gestão de tempo colocam homens e mulheres a encontrar estratégias diferenciadas na medida em que as responsabilidades também são socialmente diferenciadas. AC sobre a estratégia encontrada para resolução da gestão do seu tempo disse o seguinte:

“Olha eu mesmo quando comecei o mestrado, quando comecei não 1 mês ou 2 meses depois, comecei a ter esses problemas de gestão. Eu tinha que responder isto, tinha que responder aquilo, eu olhei pra parte privada eu disse: olha esta posso gerir, eu tenho que confiar. Estás a perceber confiar. Eu peguei na minha secretária e disse: olha eu confio em ti. Ela: Senhora... Eu: Sim, a partir de hoje chega ao final do mês cartão, o cartão está aqui. Chega final do mês: quanto você precisa, faz tua lista de tudo o que precisa, não me pergunta nada, o que vamos comer não me pergunta nada (risos) eu aceito tudo que você quer comprar. Sinceramente foi assim. E, até hoje eu faço isso já. Final do mês ela mostra lista não sei o quê, eu dou mais esse aqui pra o pão até próximo mês

(gargalhadas). Estou a fugir aqui um pouco da minha responsabilidade de esposa mas é preciso as pessoas que te rodeiam te entenderem. É o filho, é o esposo tem que te perceber nessa parte. Trabalho é outra parte. Mas as pessoas que te rodeiam, o teu núcleo familiar tem que te entender.” (AC, Mestranda, entrevista a 29.09.2022).

AC tem plena consciência das suas responsabilidades como esposa, tanto é que o diz, mas para gerir o seu tempo e conciliar os papéis socialmente estabelecidos, por ser esposa e mãe, e os novos papéis integrados à sua vida, pela emancipação da mulher, fez a escolha de apoiar-se à uma outra mulher (a secretária) que faz parte das tarefas que a si são imputadas pelas regras sociais, para poder equilibrar a gestão do tempo.

A mulher ainda não se libertou da imagem a ela associada sobre a esfera doméstica e que a remete para aquilo a que Munarini et al. (2020) designou de “invisibilidade” da mulher, como sujeito de direitos e que também nos remete para a questão dos estereótipos e relações de género referidas por Bagnol et al. (2015), que colocam as raparigas (e mais tarde mulheres casadas) sem tempo para estudar por causa das tarefas domésticas que elas realizam e que os rapazes (e mais tarde homens casados) não realizam. AL, por exemplo, abdica do tempo com os seus filhos para poder gerir o tempo que tem e estudar:

“...O que é que eu faço? Agora fazendo mestrado, então eu posso estudar nos finais de semana, me afastar das crianças pra estudar, ... O que não posso fazer é sentar onde estão as crianças e pensar que vou estudar. O que eu tenho que fazer é me trancar num cômodo e me concentrar.” (AL, Mestranda, entrevista a 06.10.2022)

No entanto, para os homens a gestão do tempo também tem implicações que afectam a sua aplicabilidade aos estudos como nos diz DC:

“É um grande desafio, porque só o trabalho já é algo que me ocupa muito, por causa do meu regime de trabalho. Eu trabalho na produção, então muitas vezes trabalho no fim-de-semana.” (DC, Doutorando, entrevista a 06.10.2006)

E para ele a compreensão da família como se referiu AC e AL, ao delegar parte das responsabilidades da gestão familiar à “secretária” e ao filho mais velho (conforme AL nos reportou), é crucial. Portanto, a gestão do tempo tanto para mulheres como para homens deve contar com o apoio incondicional da família³² para que estes possam lograr os seus intentos como estudantes de nível superior.

No entanto, a negociação com a família para que ela se modifique e se adapte às circunstâncias impostas pelas pressões externas trazidas pelo membro que se dispõe a continuar com os estudos de nível superior nem sempre acontece. A situação de FM é um exemplo das pressões externas que foram levadas até à família quando teve que tomar a decisão de ir fazer o mestrado fora de Moçambique. E, sobre o assunto ele afirmou o seguinte:

“Nenhuma mulher quer criar os filhos longe do seu marido, sobretudo eu falo do lado das mulheres mesmo. Nós os homens somos, eventualmente eu seja, como dizer, tenha “bias”. Mas, é no sentido de elas são muito mais, aparentemente, são muito mais próximas das crianças, eventualmente do que nós os homens. Ahhhhh, ela não queria de forma alguma que eu sáísse e eu tinha consciência disso. Daí que, não a informei imediatamente quando eu fui admitido. Não a informei, não socializei essa informação. A decisão de continuar a estudar não foi partilhada imediatamente. Foi partilhada quando já era irreversível. Ela foi informada para aceitar, porque eu queria tanto, tanto, tanto...” (FM, Mestre, entrevista a 17.10.2022).

À família, no geral, e à esposa, em particular, não coube espaço para a negociação e sim uma imposição de uma vontade deste entrevistado, homem, o que mostra neste caso o desequilíbrio nas relações de poder entre o homem e a mulher neste casamento, pois a decisão foi unilateral contrariamente ao que EN, AC, CP e LS reportaram, afirmando que as decisões para a continuação dos estudos, e não só, são tomadas de

³² Nós assumimos a definição de família trazida por Pandini et al (2016:717) que diz que ela “é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas, ligadas diretamente às transformações da sociedade, em busca da melhor adaptação possível para a sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo.” E olhamos para a família também como um sistema que “muda à medida que a sociedade muda e todos os seus membros podem ser afetados por pressões internas e externas, fazendo com que ela se modifique com a finalidade de assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros” (Pandini et al (2016:717).

forma partilhada e consensual. FM traz-nos a questão assente nas relações de poder que AL se referiu quando discutimos a noção do poder no ponto 9.1 deste trabalho.

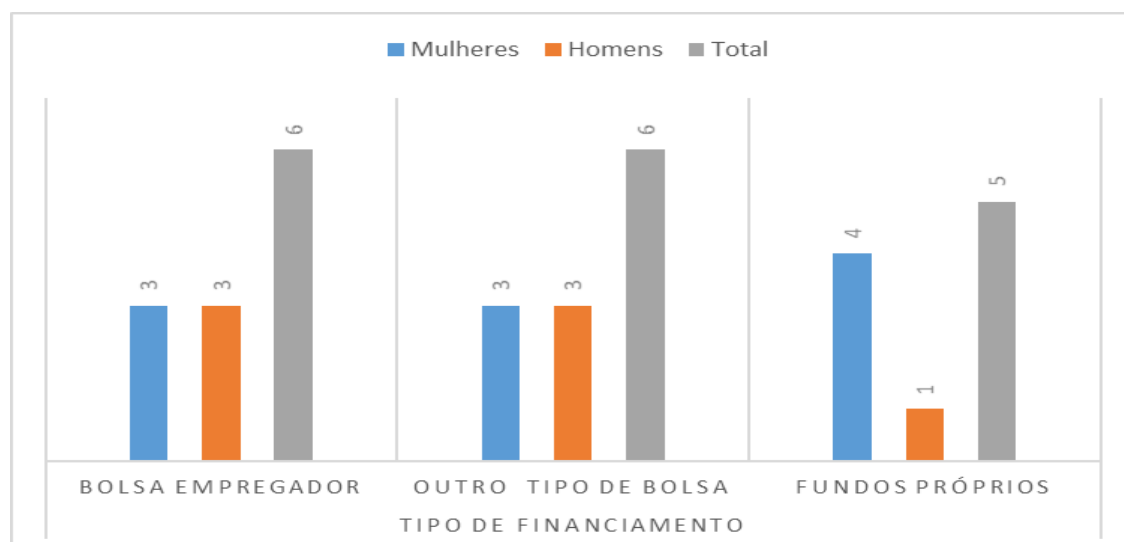
A questão financeira é igualmente tomada em conta quando se é casado/a e há o desejo de continuidade de estudos nos níveis em análise neste trabalho. E a decisão tem em conta a família como um todo, senão vejamos:

“Eu durante este período e outros períodos estive sempre na rua à procura de dinheiro, não é? Desde dar aulas em escolas, estabelecimentos de ensino superior até em projectos fiz um pouco de tudo isso... É melhorar a vida por que vida ainda hoje não está num estado que me possa deixar à vontade, não...o que galvanizou foi que eu era capaz de fazer mais pela minha vida, melhorar. Sabe, ninguém gosta da pobreza. Eu não sou rico, não é? Mas, aquelas situações de o dia começar e a pessoa não saber o que vai comer, aquelas situações da pessoa ter. Por exemplo, uma criança incomodada, doente e não saber como chegar ao hospital isso é terrível. Então eu tava a ter mais filhas...Com este emprego que nós temos mas duvido muito que se consiga. A própria casa onde moro é minha sempre foi, mas a partir de um dado tempo passou a não me dar o conforto que eu queria, precisa de um espaço maior, Eu precisava construir e isso não podia cair do céu. Isso tinha que ser conquistado...” (AJC, Mestrando, entrevista a 14.10.2022).

O entendimento de AJC como provedor da família³³, na qualidade de homem, coloca-lhe numa situação sensível quando a escolha é entre o bem-estar da sua família e a continuidade de estudos de nível superior. No entanto, muitos dos nossos entrevistados não apresentaram a questão económica para a continuidade de estudos porque beneficiaram de bolsas de estudos financiadas pelas instituições empregadoras ou outras, conforme os dados presentes no gráfico que se segue:

³³ As conquistas femininas, especialmente a conquista do mercado de trabalho, trouxeram mudanças e impactaram o seio familiar. A questão do provedor é por nós vista na perspectiva do homem com o trabalho remunerado e que por muitos anos este espaço era somente ocupado pelos homens. E por causa disso, ele detinha respeito por prover ganhos para o sustento do lar. Portanto, a figura de provedor, a nosso ver, foi baseada neste poder económico resultante da inserção deste na esfera pública (De Oliveira, 2020). Hoje, com a mulher também nessa esfera pública, abre-se espaço para a discussão deste conceito, ligado às masculinidades e papéis de homens e mulheres dentro da família.

Gráfico 3: Número de estudantes que beneficiaram de bolsa ou que financia(ra)m com fundos próprios a frequência do ES



Fonte: Base de dados das entrevistas

De acordo com os dados vemos que a soma dos estudantes que têm/tiveram uma bolsa de estudos corresponde a aproximadamente 63% do total dos nossos entrevistados, na razão de 6 estudantes com a bolsa do empregador e 6 com outro tipo de bolsa totalizando 12 estudantes do universo dos 19 entrevistados.

Mas, o bem-estar³⁴, à semelhança do que nos referiu AJC anteriormente, foi para AC o que condicionou a continuidade do ensino superior, quando se referiu à saúde do seu filho. Para estes dois entrevistados, as condições sociais os afectaram de tal forma que mental e socialmente as circunstâncias não permitiam que, num caso avançasse (AJC) e em outro continuasse com o ES (AC). Vejamos o que disse AC sobre esta questão do bem-estar para a continuação do ES:

“Qualquer coisa assim, mas ele não vai conseguir, teu filho vai morrer. É só isso que tenho pra te dizer, os exames estão aqui. Coincidiu era uma tarde, umas 16 horas ou 17... Sabe, eu só vejo a parte de mãe, esqueci a parte de ser estudante. Está a ver nesse roteiro todo que contei esqueci a parte de ser estudante. Esqueci a

³⁴ Assumimos o bem-estar aqui dentro do conceito de saúde definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que diz que é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1946).

parte de ser trabalhadora, empregada. Eu foquei só na maternidade". (AC, Mestranda, entrevista a 29.09.2022).

O estado de saúde do filho da AC colocou-a numa situação em que o seu bem-estar e da sua família foi perdido e consequentemente a continuidade de ES não eram nem prioritários e nem importantes naquele momento, como a própria afirma. São duas situações distintas dos nossos entrevistados, mas que contribuíram para a não frequência dos ES nos períodos reportados pelos mesmos.

E, sobre isso Nota (2022:125) afirma que “mulheres e homens são iguais perante a lei, mas ideologias e práticas predominantes fortemente em valores culturais, hábitos e crenças constituem uma espécie de dispositivo social de legitimação/naturalização das desigualdades nos papéis de mulheres e homens.”

Para os nossos entrevistados, os valores sociais associados ao ser provedor e mãe colocaram-se acima da escolha académica, afectando a sua frequência nos níveis em causa.

A Estratégia de Género da UEM, e que faz menção de que as mulheres são prejudicadas na inclusão universitária a vários níveis por causa da forma como é feita a reprodução de algumas ideologias patriarcais (UEM, 2019b, citado por Nota, 2022), olha somente para a vertente desta inclusão na parte das mulheres.

Mas, vimos com AJC que a reprodução do papel socialmente pré-estabelecido de homem como o provedor da família, excluiu-lhe do processo de ES por um determinado tempo, na medida em que se dispôs a cumprir com o que socialmente era expectável, como foi-lhe inculcado no processo de socialização como homem e ele reproduzia naquela fase da sua vida. E, esta “exclusão” foi uma escolha consciente da parte do entrevistado como referiu na sua locução. Portanto, a questão das ideologias patriarcais nem sempre devem ser vistas somente na vertente da mulher.

11. Conclusões

O nosso objectivo com este estudo era perceber quais são as implicações ou consequências para continuar os estudos no nível superior (mestrado e doutoramento) nas mulheres e nos homens (casada/os) com base na percepção social que têm sobre a noção social de casamento.

A questão do acesso ao ES em mulheres, mas não se limita a elas somente, que não tendo tido barreiras para a frequência do ensino primário, secundário geral e nível de licenciatura, as encontram quando na fase adulta pretendem continuar os estudos nos cursos de pós-graduação, está associada às responsabilidades sociais relacionadas ao casamento mercê dos papéis de género.

Foi objectivo também deste trabalho ver como o mesmo processo se desenrola nos homens nas mesmas circunstâncias, estar/ser casado.

A par do acima exposto, também foi nossa pretensão fazer a ligação entre a instituição social do casamento e a frequência do ES por parte de homens e mulheres, dando a conhecer a complexidade por detrás das questões sobre a igualdade e equidade de género numa perspectiva sociopolítica.

Ao longo do estudo vimos que há uma relação entre a instituição casamento e a frequência do ES por parte de homens e mulheres, assente em diversos factores, alguns dos quais analisamos neste trabalho, por exemplo a responsabilidade do homem como pai ou da mulher como mãe, a necessidade de velar pelo bem-estar da família no desempenho do papel socialmente atribuído ao homem como provedor, a conciliação dos diferentes papéis sociais pai/mãe, profissional, estudante, entre outros.

Ao problematizar esta questão iniciamos com o pressuposto de que o número reduzido de mulheres com nível superior (mestrado e doutoramento) comparado ao número de homens está relacionado, em parte, aos papéis sociais inerentes à mulher no casamento.

A análise global feita aos dados referentes a 3 anos consecutivos sobre os novos ingressos nas IES em Moçambique consubstanciou esta problemática por nós avançada (vide dados da tabela 1, página). Mas, os dados sobre a frequência e graduação nos

cursos seleccionados para análise nas duas (2) instituições escolhidas como base desta pesquisa foram contrários à asserção anterior, mostrando-nos que as mulheres sempre apresentaram-se em maioria numérica. No entanto, com base na análise global inicialmente feita e a partir do problema colocado por esta análise propusemos quatro (4) hipóteses para a pesquisa.

Como primeiro passo aprouve-nos trazer ao de cima um breve historial sobre o conceito casamento que, a par da dificuldade que há para definir em termos concretos esta instituição, levou-nos a ver algumas semelhanças entre as diversas definições existentes em alguns contextos africanos, do qual Moçambique faz parte.

Importou igualmente saber como é definido o casamento à luz do ordenamento jurídico moçambicano e o que as nossas entrevistadas e os nossos entrevistados entendem que é o casamento, tendo como base as suas experiências de vida.

Nesta análise, ficou demonstrado que ao conceito jurídico deve-se associar o que as pessoas entendem ser esta instituição social no seu dia-a-dia e este aspecto levou para a nossa terceira hipótese. Nesta concluímos que apesar das definições existentes na Lei da Família, e que as pessoas até podem ter conhecimento destas, o casamento carrega outros entendimentos dentro da sociedade moçambicana.

Daí ser importante que se tenha em conta estes diversos entendimentos e conhecimentos locais e tradicionais sobre o casamento, pois os mesmos têm um peso significativo nas relações de género e papéis socialmente estabelecidos para homens e mulheres na instituição casamento. Por outras palavras, as relações de género ainda são a base para o estabelecimento de papéis sociais dentro do casamento, a mercê do entendimento social/conhecimento local que se tem sobre esta instituição.

Em relação à primeira hipótese, ficou patente em diversas falas das nossas entrevistadas e dos nossos entrevistados nos dois (2) subpontos que compõem a discussão dos dados que os papéis socialmente pre-estabelecidos tanto para mulheres como para homens devem ser cumpridos por estes na condição de casados, independentemente de pretenderem ou estarem a frequentar o ES. Daí que, as relações de género ainda são a base para o estabelecimento de papéis sociais dentro do casamento.

A questão do poder colocada pela nossa segunda hipótese, levou-nos a discorrer sobre as dinâmicas sociais que, embora tenham trazido mudanças comportamentais para mulheres e homens na sociedade moçambicana reportadas por um número considerável dos nossos entrevistados, ainda é visível a hierarquia de poder dentro do casamento, tendo como base os papéis socialmente estabelecidos para mulheres e homens.

E, este poder ainda está igualmente centrado na figura do homem, provedor, chefe de família, etc. O facto de o casamento ser visto como uma relação de partilha por muitas das nossas entrevistadas e dos nossos entrevistados não retira este foco de poder no homem, nas situações em que registamos um equilíbrio em termos de partilha de decisões.

Questões sociais ligadas ao bem-estar dentro da relação de casamento interferem na decisão de continuidade de ES, na medida em que a menção da falta de condições de vida condigna e de estabilidade psicológica para deixar a família por um período de tempo requerido para a formação em ES fora de Moçambique, sobrecarga de responsabilidade/tarefas (domésticas e estudantis) interferiram no rendimento de algumas das nossas entrevistadas e alguns dos nossos entrevistados pelo que esta disposição valida igualmente a nossa quarta hipótese colocada no início deste trabalho.

Este trabalho trouxe-nos uma perspectiva na qual percebemos que o facto de ser casada ou casado tem as suas implicações na continuidade de estudos de ES na medida em que mulheres e homens experienciam dificuldades diferentes, por causa dos papéis sociais diferenciados.

Ao falarmos da noção do casamento, importa que esta seja vista e entendida sob os 2 prismas, feminino e masculino, e sob o ponto de vista do conhecimento local/tradicional para que se possa entender o tipo de implicações diferenciadas que afectarão estas mulheres e estes homens, a mercê dos comportamentos e atitudes que cada um deles irá demonstrar socialmente.

Lembrando que a sociedade olha de forma diferenciada homens e mulheres casados/as e há uma expectativa latente em relação ao comportamento de cada um deles como referiu a entrevistada AC (Mestranda, entrevista a 29.09.2022).

A sociedade está em constantes mudanças, mas os estereótipos de género ainda estão muito patentes e os relatos das nossas entrevistadas e dos nossos entrevistados mostraram isso.

A instituição casamento rege-se por estas relações e estereótipos de género e que transcendem a sua área de actuação para locais como a academia quando estes homens e mulheres entram para o ES. E, a família que resulta das relações estabelecidas pelo casamento, joga um papel crucial na manutenção e reprodução destes estereótipos assentes nos papéis de género, pois no contexto familiar homens pensam e agem como maridos, provedores e pais, as mulheres como esposas, cuidadoras e mães como resultado das estruturas históricas e culturais socialmente construídas e aos filhos e filhas são-lhes ensinados estes modelos no processo de socialização para que na fase adulta os repliquem.

12. Recomendações

A par do objectivo e das hipóteses traçadas para este trabalho, trazemos neste ponto alguns tópicos em forma de recomendações que foram surgindo como questionamentos que ficaram em aberto e que vemos como potenciais pontos para futuras investigações e/ou aspectos a ter em conta nas variáveis tidas em conta nas análises de género realizadas tanto pelas IES ou pelo ministério de tutela do ES.

Assim sendo, gostaríamos de deixar as seguintes recomendações:

- a) A necessidade de comparar a percentagem de mulheres e homens que ingressam e que graduam em cada ciclo e nível de formação existente nas IES, de modo a aferir a manutenção ou não dos desequilíbrios de género em todas as etapas de formação das IES.
- b) A necessidade de passar a considerar a variável *estado civil* nas candidaturas para o ES, como forma de em análises futuras poder-se considerar aspectos sociais tendo uma base de dados empírica.
- c) A necessidade de realizar mais pesquisas sobre género no ES no contexto moçambicano com vista a melhorar a discussão em torno de alguns preconceitos existentes na sociedade relacionados a dicotomia género e ES.

13. Referências bibliográficas

- Andrade, Carolina Riente de e Barros, Amon Narciso de. 2009. Gênero e Educação: delimitação de espaços e construção de estereótipos. Publicado em “CONTRAPONOTOS” Volume 9 nº 2 – pp. 90 - 103 - Itajaí, mai/ago 2009.
- Arthur, Maria José. 2010. Casamento prematuro como violação dos direitos humanos. Um exemplo que vem da Gorongosa. WLSA. Publicado em “Outras Vozes”, nº 31-32, Agosto-Novembro de 2010.
- Bagnol, Brigitte, De Sousa Lara, Fernandes, Fátima e Cabral, Zaida. 2015. As barreiras à educação da rapariga no ensino primário, na Zambézia. Moçambique; Setembro de 2015.
- Bagnol, Brigitte. Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique, *Análise Social*. Lisboa, vol. XLIII (2º). 2008.
- Bamisile, Sunday Adetunji. 2013. A procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afro-feminismo. São Paulo, Dezembro de 2013.
- Banco Mundial. 2012. Gender equality and development.
- Bassiano, Victor; De Lima, Cláudia Araújo. 2018. Casamentos Prematuros em Moçambique: Causas e Consequências do Abandono Escolar. *Imagens da Educação*, v. 8, n. 2, e43085, 2018.
- Batalha, Luís. 2004. *ANTROPOLOGIA: Uma Perspectiva Holística*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa
- Biguelini, Elen. 2012. Uma União de Mentes – Casamento e Educação das Mulheres na Obra de Jane Austen e Elizabeth Inchbald. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra.
- Bettega, Maria Lúcia. 2007. O casamento como manifestação de uma cultura: o caso de Nova Palmira. Dissertação apresentada ao curso de PósGraduação, em Letras e Cultura Regional, da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Caxias do Sul.
- Casimiro, Isabel. 2004. Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Maputo: Promédia.
- Creswell. John. 1997. *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications Asia-Pacific Pte. Ltd.
- Chiquele, Isabel. 2009. Estratégias de casamento no meio urbano: Caso de estudo no bairro da Coop, Cidade de Maputo. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.

Dalfovo, Michael Samir; Lana, Rogério Adilson; Silveira, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031.

De Oliveira, Caíque Diogo. O declínio do homem provedor chefe de família: entre privilégios e ressentimentos. *Crítica Histórica*, Ano XI, Nº 2, Dezembro/2020, ISSN: 2177-9961. Disponível em: www.seer.ufal.br

Dias, Paula Barata. 2004. A influência do Cristianismo no conceito de casamento e de vida privada na Antiguidade Tardia. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 6. Universidade de Coimbra. Portugal.

Feio, Ana e Oliveira, Clara Costa. 2015. Confluências e divergências conceituais em educação em saúde. *Scielo Public Health. Parte II - Artigos • Saude soc.* 24 (2) Apr-Jun 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200024>.

Fonseca, Fernanda. 2023. 34 países que permitem o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Publicado em 28.06.23; actualizado em 23.07.23. Disponível em: poder360.com.br/internacional/34-paises-permitem-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/

Fonseca, Jussiline de Almeida e Manuel A, Alzira. 2022. Educação para a promoção da igualdade de género: Um estudo de caso no Centro de Formação de Professores na Cidade de Maputo, Moçambique. Publicado no *Brazilian Journal of Science*, 1(11), 91-99, 2022. ISSN: 2764-3417. Novembro 25, 2022.

Foucault, Michel. “A governmentabilidade”. In: *Microfísica do poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. 24ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal, p. 277-293.

Furquim, Fabiane Miriam. 2016. A permamência do lobolo e a organização social no sul de Moçambique. In: *Dossiê Africas. Revista Cantareira – Edição 25/ Jul-Dez, 2016*.

Goldenberg, M. 2009. Sobre a invenção do casal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro.

Givá, N.; Santos, L. 2020. A Gender –Based Assessment of Sciences, Technology and Innovation Ecosystem in Mozambique. *African Journal of Rural Development*, 5(1), 79-95.

Hunguana, Elisa António Carolina. 2014. Relatório do Estudo sobre Gênero no Ensino Superior em Moçambique. Estudo realizado em 2013. DICES-MINED. Novembro de 2014. Maputo – Moçambique

INE. 2019. Dados sobre o Ensino Superior de 2017, 2018, 2019. Maputo

Lei da Família, Lei n.º 22/2019, de 11 de Dezembro, Moçambique., 2019.

Lei do Ensino Superior, Nº 27/2009, 29 de Setembro de 2009, Moçambique, 2009.

Loforte, Ana Maria. 2000. Gênero e poder: entre os Tsongas de Moçambique. Maputo: PROMÉDIA, 2000 p. 109-136.

Loforte, Ana. 2010. Poder e Empoderamento. Treinamento CNAM. Ministério da Mulher e Acção Social. Moçambique

Macia, Cesaltina da Graça. 2021. Análise das Causas do Abandono Escolar da Rapariga na Escola Primária Completa de Manzir Província de Gaza-Macia 2017-2019. Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo – Moçambique.

Manhice, Estevão Artur e Timbana, António Martins. 2012. Expressões da homossexualidade em Maputo. LAMBDA. Maputo. 1ª Edição. Disponível em: <https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/EHVol1WebVersionSmall.pdf> 09.08.23.

Marchiote, Juliana. 2021. Qual é a origem do casamento? O matrimônio e o patrimônio. Publicado em 24.02.21; actualizado em 29.08.22. Disponível em: jusbrasil.com.br/artigos/qual-e-a-origem-do-casamento/1170459855

McFadden, Patrícia. 2019. Feminismo/s Africanos: construindo alternativas para as mulheres e o mundo através de um corredor de saberes que cuida e resiste. Conferência Mundial da Mulher em Maputo, Dezembro.

MCTESTP. 2016. Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique. Maputo.

MCTESTP. 2018. Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique em 2016. Maputo.

MGCAS. 2022. Perfil de Igualdade de Género de Moçambique. Maputo. Agosto de 2022.

MINED. 2012. Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020. Maputo.

MINEDH. 2015. Avaliação do Desempenho dos Directores de Escolas. Novembro 2015.

Molina, J. A. 2011. O que Freud dizia sobre as mulheres São Paulo, Cultura Acadêmica, 2011.

Munarini, Ana Elsa, Cinelli, Catiane Cinelli e Cordeiro, Rosângela Piovizani. 2020. A luta das mulheres camponesas: da invisibilidade para sujeitos de direitos. In: Mezdri,

- Adriana Maria (org.). 2020. In: Feminismo Camponês e Popular – reflexões a partir de experiências no MMC, Editora Expressão Popular, pág. 33-46.
- Monsma, Scott. 2014. (Re)Defining Marriage: Changes and Challenges. *The Journal for the Sociological Integration of Religion and Society*, Volume 4, No. 1, Spring, 2014, pág. 23-32.
- Nações Unidas. 1948. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). França.
- Negrão, José. 2008. *Repensando a Terra e as Modas do Desenvolvimento Rural*. Texto Editores, Lda – Moçambique.
- Noa, Francisco. 2019. Desafios do Ensino Superior em Moçambique. In: COOPEDU IV — Cooperação e Educação de Qualidade: Livro de Atas [en ligne]. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais, 2019 (généré le 26 mai 2023). Disponível em: <<http://books.openedition.org/cei/647>>. ISBN : 9791036560446
- Nota, J.M. 2022. *Women and Biological Research Careers in Higher Education in Mozambique: A Case Study os Two Public Universities*. Uppsala Universitet, Sweden.
- Pires, Ana Sofia Rodrigues. 2008. *Estudo da Conjugalidade e da Parentalidade através da Satisfação Conjugal e da Aliança Parental*. Lisboa.
- Pitta, Valter. 2010. Casamento Africano e Suas Tradições. **O fascinante Universo da História**. 7 de Fevereiro de 2010. Disponível em <http://civilizacoesafricanas.blogspot.com/2010/02/casamento-africano-e-suas-tradicoes.html>/ 20.07.22
- República de Moçambique (2019), Política de Género e Estratégia da sua Implementação. Maputo, Agosto de 2018.
- Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Nº 4 Dez./2009, pág. 67-87.
- Rodrigues, Tuane Telles; Keppel, Matheus Fernando; Cassol, Roberto. 2019. O Método Indutivo e as Abordagens Quantitativa e Qualitativa na Investigação sobre a Aprendizagem Cartográfica de Alunos Surdos. Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Pesquisar*, pág. 76-89.
- Santana, Jacimara Souza. 2009. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985). Sankofa.
- Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula; Arriscado Nunes, João. 2006. *Conhecimento e Transformação Social: por uma ecologia de saberes*. Hiléia, pág. 11-81.
- Serra, Carlos. (2000). “Racismo, etnicidade e poder”, Livraria Universitária, UEM.

Silva, Rubens Alexandre da. 2001. As Teorias Sociais e o Conceito de Poder. Cadernos de Campo, nº 7. Disponível em file:///C:/Users/HP/Downloads/artigo+9.pdf

Siqueira, Ranyella Cristina de. (2019). Os Estereótipos de Papeéis de Gênero Feminino nos Retratos das Influenciadoras Digitais no Instagram e a Arte de Cindy Sherman. UNESP: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara – SP. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191853>

Scott, Joan. 1989. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. (Tradução de: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila).

Uamusse, A. A.; Cossa, E. F.; Kouleshova, T. 2020. A Mulher em Cursos de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática no Ensino Superior em Moçambique (Women in Science, Technology, Engeneering and Mathematics Courses in Mozambique Higher Education). Revista Estudos Feministas, 28(1), 1-9.

UNESCO. 2019. Educação e Gênero: Documnto do Eixo Temático. IIFE – Instituto Internacional de Planejamento Educacional. UNESCO – Buenos Aires. Escritório para a América Latina. Data de Actualização 05/2019.

Wodon, Quentin; Tavares, Paula; Male, Chata. 2018. Erradicando o Casamento Infantil: Casamento na Infância e Adolescência, a Educação das Meninas e a Legislação Brasileira. Banco Mundial.

Zurlo, Gina. A. 2020. African Christianity. Gordon Conwell Theological Seminary. 18 de Março de 2020. Disponível em: <https://www.gordonconwell.edu/> 11.08.23

Links

Bibliaon.com: Bíblia Sagrada Online: Antigo Testamento, Gênesis 2, Versículo 24. 03.04.23

Diniz, Yasmine. (2020). Entenda a importância de acompanhar a frequência escolar de perto. Disponível em <https://educacao.imagine.com.br/frequencia-escolar/> 03.04.23

Gomes, I. C. & Paiva, M. L. de S. C. (2003). Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding? Psicologia em Estudo, 8. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300002 12.06.22

ROSC. 2023. Impacto das Uniões Prematuras na Educação, Saúde e Nutrição em Moçambique. Resumo do Documento. Disponível em:

<https://www.rosc.org.mz/index.php/documentos/relatorios/15-impacto-das-unioes-prematuras-na-educacao-saude-e-nutricao-em-mocambique/file> 01.08.23

Save The Children. 2019. Uniões Prematuras São Um Entrave ao Desenvolvimento Humano. Wednesday 7 August 2019. Disponível em: <https://mozambique.savethechildren.net/news/uni%C3%B5es-prematuras-s%C3%A3o-um-entrave-ao-desenvolvimento-humano> 01.08.23

UNICEF, 2023. A história do casamento prematuro da Mariamo. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/casamento-prematuro-em-mo%C3%A7ambique> 01.08.23

<https://www.scielosp.org/article/sausoc/2010.v19suppl2/51-62/>. 18.06.2021

[iese.ac.mz/sobre-iese/](https://www.iese.ac.mz/sobre-iese/) 18.01.2022

<https://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quero-me-exercitar-mais/o-que-significa-ter-saude.12.01.2022>

<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s10834-010-9191-6.pdf> “Marriage and the Allocation of Assets in Women’s Defined Contribution Plans” 20.04.2022

<https://sociologyandchristianity.org/index.php/jsc/article/view/55> “(Re)Defining Marriage: Changes and Challenges” 20.04.2022

<https://www.jstor.org/stable/2795331?seq=1> “Polyandry, Inheritance and the Definition of Marriage” 20.04.2022

https://journals.co.za/doi/pdf/10.10520/AJA16824482_104 “Age at marriage and modernization in sub-Saharan Africa” 03,07,2022

<https://www.scielo.br/j/dados/a/SgNGd7TZsxGhWrtHJhJffps/?lang=pt&format=pdf> “Cor, Educação e Casamento: Tendências da Seletividade Marital no Brasil, 1960 a 2000*” 14.07.2022

https://extensao.cecierj.edu.br/material_didatico/sau2202/pdf/aula%203_%20leitura1%20saude.pdf. 12.01.2022.

<https://www.mctes.gov.mz/instituicoes-de-ensino-superior/> 03.07.22

<https://www.uem.mz/> 05.11.22

<http://www.apolitecnica.ac.mz/> 05.11.22

<https://agenda2030.direitorp.usp.br/2022/02/21/ods-4-educacao-de-qualidade> 06.12.2022

<https://www.infomoney.com.br/carreira/os-paises-com-o-maior-indice-de-educacao-do-mundo/>

<https://pt.ripleybelieves.com/12-countries-with-most-highly-educated-female-workers-7094#:~:text=Na%20Irlanda%2C%20pouco%20menos%20da%20metade%20da%20for%C3%A7a,p%C3%B3s->

[secund%C3%A1rio%2C%20a%20Litu%C3%A2nia%2C%20a%20Finl%C3%A2ndia%20e%20a%20Noruega](https://casamentodossonhosgramado.com.br/voce-sabia-que-existem-mais-de-11-tipos-de-casamento-qual-e-o-se/)

<https://casamentodossonhosgramado.com.br/voce-sabia-que-existem-mais-de-11-tipos-de-casamento-qual-e-o-se/> 08.08.23

significados.com.br/homoafetivo/ 08.08.23

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/12/conheca-6-religoes-tradicionais-de-povos-da-africa.html>
12.08.23

ANEXO I

APRESENTAÇÃO PESSOAL E DA INVESTIGAÇÃO

Meu nome é Febe Gomes, sou estudante do Mestrado em Género e Desenvolvimento na Universidade Eduardo Mondlane. Como parte do trabalho de escrita da minha tese propus-me a fazer entrevistas semi-estruturadas a mulheres e homens casadas/os que estejam a frequentar o nível de mestrado ou doutoramento na Universidade Eduardo Mondlane (que é uma instituição pública) e na Universidade Politécnica (que tem a classificação de privada). Também serão conduzidas entrevistas a um grupo de mulheres e homens, igualmente casadas/os, que já tenham terminado um destes níveis de educação, num período não superior a 10 anos e que o tenham terminado fora de Moçambique.

O meu interesse é identificar e descrever as diferentes formas de definição da noção de percepção do casamento na sociedade moçambicana, identificar as barreiras que as mulheres e os homens enfrentam para dar continuidade aos estudos de nível superior e identificar as implicações sociais/pessoais que as mulheres e os homens vivenciam registam/enfrentam ao continuarem com os estudos de nível superior.

Deste modo, e como estudante do nível superior no grau de mestrado/doutoramento e casada/o, é convidada/o a fazer parte do grupo selecto de entrevistados por acreditar que pode contribuir sobre os tópicos descritos acima. Caso aceite ser entrevistada/o e como parte deste processo, por favor assine/assinará o consentimento informado como indicação da sua aceitação. De referir que serão garantidas a confidencialidade dos dados, a privacidade e o respeito pelas pessoas.

Atenciosamente,

Febe Gomes

ANEXO II

RESUMO DA PESQUISA

Em Moçambique as mulheres e homens têm os mesmos direitos e oportunidades no contexto da igualdade de género, facto este consubstanciado pela Constituição da República de Moçambique de 2004. Mas, o percurso para o alcance destes direitos e oportunidades não seguiu uma estratégia de igualdade no nível social, onde a partir da socialização são estabelecidos os papéis e as relações que mulheres e homens devem ter ao longo da vida. No nível social, encontramos a instituição casamento onde a realização dos papéis e relações de género são espelhados através dos comportamento que se esperam de mulheres e homens na condição social de casada/o(s) sem excepções. Tal facto coloca mulheres e homens em condições de direitos e oportunidades diferenciadas o que leva ao presente estudo com vista a aferir as implicações que existem para continuar os estudos de nível superior com base na percepção social que homens e mulheres têm sobre o casamento. O método que será usado é o qualitativo, numa abordagem descritiva, cuja informação para análise será colectada com base num guião de entrevistas que será dirigida a 08 estudantes, sendo 04 estudantes para cada nível de formação, na razão 04 do sexo feminino e 04 do sexo masculino e que serão apurados por via de uma amostragem não probabilística, e obedecendo ao critério de “bola de neve”. A este amostra serão adicionados mais 08 Mestra/es ou Doutora/es formados nos últimos 10 anos e pertencentes à lista de contactos profissionais da pesquisadora, seleccionada/os de forma equitativa com base no sexo, sendo 2 para cada grau académico, para que a representatividade por sexo se registre, sendo que para estes se acrescentará o critério local de formação, que deve ter sido feita no exterior.

ANEXO III

CONSENTIMENTO INFORMADO

Tema do Projecto de Pesquisa: A percepção social do casamento e suas implicações na continuidade do estudo de nível superior para mulheres e homens em Moçambique: o caso das Universidades Eduardo Mondlane e Politécnica

Nome da pesquisadora:

Cara/o Participante

Vamos pedir-lhe que leia este pequeno texto. Antes de ceder a sua autorização para participar neste estudo coloque as questões que julgar necessárias.

Esta pesquisa decorre no âmbito da elaboração da Dissertação a ser apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Mestrado, na Universidade Eduardo Mondlane, e tem como objetivo perceber quais as implicações ou consequências para continuar os estudos no nível superior (mestrado e doutoramento) nas mulheres e nos homens (casada/os) com base na percepção social que têm sobre a noção social de casamento.

Para tal, necessitamos que responda a umas questões através de uma entrevista semi-estruturada.

A sua participação é muito importante. No entanto, ela é voluntária. Todos os dados recolhidos têm a garantia de confidencialidade e servem somente para investigação científica. A pesquisadora estará disponível para qualquer esclarecimento. Sinta-se, igualmente, livre para contactar a minha supervisora, Profa. Doutora Isabel Maria Casimiro, para informações adicionais.

Solicitamos que autorize a realização de uma entrevista e que aceite fazer gravações de voz que necessitamos para a realização da nossa pesquisa. Solicitamos também a sua permissão para usar as informações e dados recolhidos no nosso estudo.

Estará garantido o sigilo de todas as informações recolhidas. Os dados serão utilizados apenas para a elaboração e divulgação científica, respeitando o carácter confidencial. Comprometemo-nos a não usar, nem divulgar nenhuma informação que a/o possa identificar.

Atenciosamente,

Eu, _____ autorizo a pesquisadora Febe Gomes a recolher dados para a sua investigação.

Autorizo as gravações da entrevista e declaro que não me oponho à utilização das mesmas para o seu estudo, desde que seja garantido o anonimato.

Assinatura da/o Entrevistada/o _____

Assinatura da Pesquisadora 1 _____

ANEXO IV

GUIÃO DE ENTREVISTA

1. UEM _____ Politécnica _____
2. Género: Masculino _____ Feminino _____ Outro _____
3. Idade: _____
4. Etnia: _____ anos
5. Qual é o nível que está a fazer?
Mestrado _____ Doutoramento _____
- 5.1. Qual é o curso que está a fazer?
- 5.2. Quais as razões que o/a levaram escolher o curso _____?
- 5.3. Qual é o seu(a) estado civil? Casada/o _____ União de facto _____
Divorciada(o) _____ Viúva(o) _____ Outro _____ (Se for outro, mencione qual) _____.
- 5.4. Há quantos anos está casada/o _____ União de facto _____ Divorciada(o) _____
Viúva(o) _____
- 5.2.1. Quando se casou qual era a ideia que tinha sobre casamento?
- 5.2.2. Actualmente qual é a ideia que tem sobre casamento?
6. Tem filhos?
SIM _____ Quantos _____ Menina(s) _____ Menino(s) _____
NÃO _____
7. Em sua opinião, quando é que considera que uma pessoa está/é casada?
8. Pode explicar o que entende que é ser um marido? E ser uma mulher/esposa?
9. Como concilia ou conciliou o papel de esposa com a de estudante
(Mestrado/Doutoramento)?
10. Quais são as dificuldades que enfrentou para ingressar no curso/na pós-graduação
(Mestrado/Doutoramento)?
11. Como foi o processo de tomada de decisão de cursar o Mestrado/Doutoramento
(individual ou partilhada com seu marido, parceiro)? Mulher, parceira?
12. Qual é o maior obstáculo/dificuldade que enfrenta(ou) na situação de estudante?
13. Qual é a estratégia que usa/usou para ultrapassar o obstáculo/dificuldade?
14. Acha que há diferença entre um(a) estudante casada/o e uma solteira/o?
 - 14.1. Porquê?
 - 14.2. Qual?
 - 14.3. Por quê acha que existem essas diferenças?

ANEXO V

MINI-BIOGRAFIA DOS PARTICIPANTES DO ESTUDO

AC, 45 anos, sexo feminino, mestranda, etnia Matswa, mãe de 2 filhos, casada há 22 anos.

AC, 58 anos, sexo masculino, mestrando, etnia Changana, pai de 2 filhas, casado há 27 anos.

AL, 31 anos, sexo feminino, mestranda, etnia Ronga, mãe de 3 filhos (1 menino e 2 meninas), casada há 15 anos.

BM, 58 anos, sexo feminino, Mestre e doutoranda, da etnia Makuwa, mãe de 5 filhos (2 meninos e 3 meninas), casada há 27 anos (segundo casamento).

CP, 45 anos, sexo masculino, Mestre e doutorando, etnia sena, pai de , casado há 15 anos.

JM, 48 anos, sexo masculino, Mestre, etnia Chopi, pai de , casado há 14 anos.

DN, 48 anos, sexo masculino, mestrando, etnia Matswa, pai de 4 filhos (2 meninos e 2 meninas), casado há 20 anos.

DC, 47 anos, sexo masculino, Mestre e doutorando, etnia Ronga, casado há 21 anos.

EN, 44 anos, sexo feminino, Doutora, etnia Changana, mãe de 3 filhas, casada há 16 anos.

FC, 57 anos, sexo masculino, Doutor, casado há 27 anos (20 dos quais maritalmente).

FM, 35 anos, sexo feminino, mestranda, etnia Matswa, mãe de 3 filhos, casada (há 12 anos união marital).

LS, 43 anos, sexo feminino, Doutora, etnia Sena, mãe de 2 filhas, casada há 19 anos.

NN, 42 anos, sexo feminino, Mestre, etnia Sena, mãe de 2 filhos (um menino e uma menina) casada há 13 anos.

NK, 44 anos, sexo feminino, Mestre e doutoranda, etnia Chopi, mãe de 1 filho, casada há 5 anos (2 dos quais maritalmente).

NZ, 40 anos, sexo masculino, Doutor, etnia Bitonga, pai de 3 filhas, casado há 12 anos (união de facto).

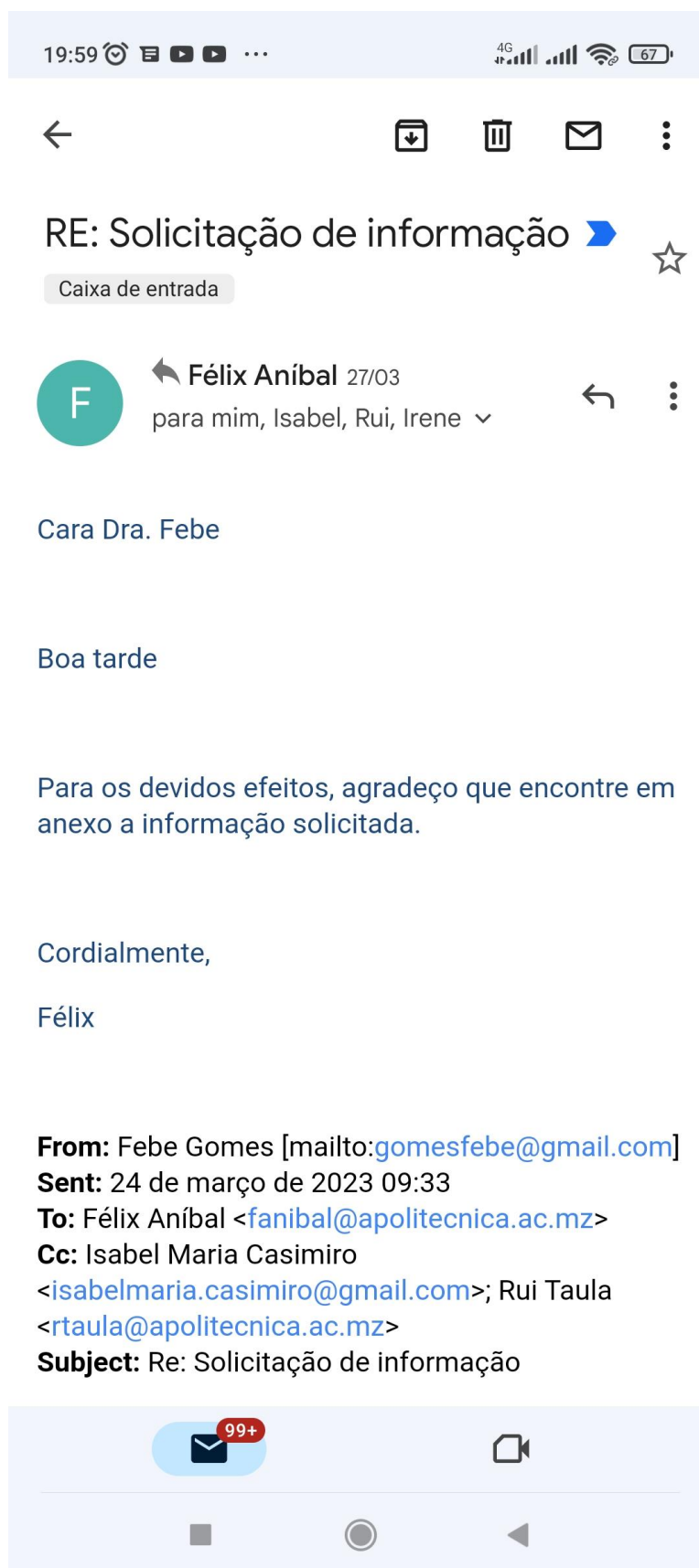
YM, 32 anos, sexo feminino, mestranda, etnia Makuwa, casada há 3 anos (união de facto).

FM, 36 anos, sexo masculino, Mestre, etnia Changana, pai de 2 filhas, casado há 6 anos (união de facto).

MM, 40 anos mestranda, mãe de 4 filhas, casada há 7 anos (segundo casamento).

CM, 44 anos, mestranda, etnia Changana, mãe de , casada 20 anos (dos quais 10 maritalmente).

ANEXO VI



ANEXO VII

POLITÉCNICA

ANO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Inscritos							
H	12	12	-	4	-	14	42
M	13	13	-	8	-	12	46
Graduados							
Homens							12
Mulheres							8

Programa de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais

Graduados de 2017 a 2022

ANO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Inscritos							
H	13	-	8	-	10	3	34
M	13	-	11	-	14	12	50
Graduados							
Homens							10
Mulheres							13

Programa de Mestrado em Gestão de Empresas

Graduados de 2017 a 2022

ANO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Inscritos							
H	-	-	-	14	13	-	27
M	-	-	-	5	3	-	8
Graduados							
Homens							0
Mulheres							0

Programa de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento

Inscritos em 2020 e 2021



UNIVERSIDADE DE EDUCACÃO
 Faculdade de Educação
 Registro do Registro Acadêmico Local

Graduados por Gênero (Doutoramento e Mestrado em Educação)

Ordem	Ano	Nome do Curso	Nº de Graduados por Gênero		Subtotal
			F	M	
1	2020	Mestrado em Educação	1	0	1
2	2021	Mestrado em Educação	2	1	3
3	2022	Mestrado em Educação	8	3	11
Total			11	4	15
1	2022	Doutoramento em Educação	2	1	3
Grande Total			13	5	18

Registro, 13 de Abril de 2023

Professora
 Chefe de Repartição do Registro Acadêmico
 Natália Tenório Nacudino